

DEBATES

19 e 20 de Maio 2001 Lisboa

Proposta de Regulamento da IIª Convenção Nacional
do Bloco de Esquerda (apresentada à reunião da
Mesa Nacional de 17 de Fevereiro de 2001)

pág. 3 a 5

Horário da Convenção

pág. 6

Moção de orientação:
Para a clarificação política do país

pág. 7 a 27

Manifesto Autárquico:
Cidadania e qualidade de vida sem exclusões

pág. 28 a 39

Este é o segundo boletim de *Debates* para a IIª Convenção do Bloco. A moção e o manifesto que servirão de base de discussão para esta Convenção foram aprovados pela Mesa Nacional do Bloco. Os textos referidos incorporam ainda o conjunto de propostas e contributos apresentados pelos aderentes do Bloco, e que foram aceites pelos redactores. Os restantes textos, sugestões ou emendas de alteração não aceites estão presentes no terceiro caderno de *Debates*, também presentes nesta pasta.

Bloco de Esquerda



SEDE NACIONAL

Av Almirante Reis, 131, 2º
C. Postal: 1150-015 LISBOA
Telefone: 213 510 510
Fax: 213 510 519
E-mail: bloco.esquerda@clix.pt

Travessa D. Sancho I, n.º 1 A
2800-604 ALMADA
Tel/Fax: 212752351

Av. 1º de Maio, Edf. Carvalhido, lj 76
4600 AMARANTE
255 422 312

Rua José Estêvão, 83, 2º E
3800-202 AVEIRO

Rua Mestre Manuel, 15-1.º Dt.º
7800-304 BEJA
284 388 471

Av. Central, 54, 2º F
4710 BRAGA
253.617 820

Rua General Queiroz, 37, 1º
2500 Caldas da Rainha
962819582 ou Fax 262833491

Qt.º Dr. Beirão, n.º 34, r/c
Castelo Branco

Rua de Ourique, 4
7780 Castro Verde

Rua Fernandes Tomás, 89
3000 COIMBRA
239 834 715

Rua Fernão Penteado, 39
6200 Covilhã

Rua dos Mercadores 43 A
7000 ÉVORA

Centro Comercial Barreiros, Lj. 18
4760 V.N. Famalicão

Av da República, nº 168, Loja 4
8000-808 Faro
289 807 938 / 9
289 812 877

Rua da Conceição, nº20
9700 Angra do Heroísmo
965832393 ou 965671010

Rua do Município, lote H, 4 C
2410 LEIRIA

Apartado 9, S. Roque
9500 PONTA DELGADA

Rua da Torrinha, 151
4000 PORTO
222 002 851

Rua Guilherme de Azevedo 14 - 1º
andar
2000 Santarém

Rua Ferreira, 6
7520-205 SINES

Torre do Liceu, 3º andar, fracção
AG
4900 Viana do Castelo

Praça de D. Duarte
3500-119 VISEU

Proposta de Regulamento

da IIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

(apresentada à reunião da Mesa Nacional de 17 de Fevereiro de 2001)

Nos termos do artigo 7º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte regulamento da IIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda:

CONSTITUIÇÃO

1. A segunda Convenção Nacional do Bloco de Esquerda é constituída por *delegad@s* que tenham sido eleitos nas estruturas distritais do movimento em representação dos aderentes.

2. Tem capacidade para eleger *delegad@s* à Convenção todo o aderente que esteja inscrito no Bloco em data anterior a 28 de Fevereiro de 2001 e que tenha regularizado, até ao momento do voto na respectiva assembleia eleitoral, o pagamento da sua contribuição anual mínima.

3. Os *membr@s* da Mesa Nacional que cessa funções poderão tomar a palavra nos trabalhos da Convenção, mas só terão direito a voto caso tenham sido eleitos delegados. Não existem votos por inerência no Bloco de Esquerda.

4. Poderão assistir à Convenção cidadãos e cidadãs convidados pelas estruturas e aderentes do movimento. Compete à Mesa da Convenção decidir da possibilidade de intervenção dos convidados.

ELEIÇÃO DE DELEGAD@S

5. As delegadas e delegados são eleitos pelos aderentes inscritos em cada organização distrital e que tenham capacidade eleitoral activa, nos termos do nº 2 deste regimento.

6. As delegadas e delegados serão eleit@s na proporção de 1 para 3 aderentes, a partir dos distritos. Cada distrito tem o direito de fazer-se representar por um mínimo de 3 delegad@s.

7. As delegadas e delegados serão eleitos por listas.

8. No caso de existir uma única lista, esta será aberta, isto é, os aderentes terão o direito de votar na lista em bloco ou de riscar um ou vários dos nomes que ela contem, sendo apurados os mais votados até ao total dos delegados a que a organização distrital tem direito. No caso de lista única, esta pode conter mais nomes propostos do que o número de delegados que representará a organização distrital, embora os delegados só sejam eleitos até ao limite fixado no número 6.

9. Havendo mais do que uma lista, a eleição de *delegad@s* respeitará a proporção dos votos obtidos por cada lista.

10. As listas podem conter um número inferior ao d@s *delegad@s* que representarão a organização distrital, e devem ser apresentadas à coordenadora distrital até uma semana antes da data da votação. A Mesa da Convenção pode aceitar a substituição de *delegad@* eleito que justifique a sua ausência, pelo aderente que se lhe seguia imediatamente na lista que foi submetida a voto dos aderentes.

11. A composição da mesa da votação, que se realiza em urna fechada, bem como o apuramento dos resultados, será assegurado por representan-

tes da coordenadora distrital e, a haver mais do que uma, por representante de cada uma das listas apresentadas a sufrágio.

12.

A assembleia eleitoral reunirá às 15 horas do dia da votação, discutindo os textos propostos à Convenção. As votações decorrerão em urna entre as 15 e as 20 horas desse dia, determinado entre os indicados no ponto 17, em sede do Bloco ou em locais públicos de acesso fácil, a designar pela coordenadora distrital.

13.

Será permitido o voto por correspondência, dos aderentes que não possam exercer o seu direito de voto presencialmente no dia indicado, devendo para isso fazer chegar à coordenadora distrital, até à conclusão da votação, um envelope com a sua identificação e justificação da falta, incluindo outro envelope não identificado e com o seu voto.

14.

Compete às coordenadoras distritais organizar o processo de preparação da Convenção, incluindo a eleição dos delegados, podendo, em distritos onde o número de aderentes ultrapasse os 100, organizar um ou vários círculos eleitorais em função da proximidade geográfica. Às coordenadoras distritais compete a nomeação das mesas que presidirão às votações, devendo estas mesas incluir representantes das diversas listas, se estas assim o entenderem. Essas mesas, terminada a votação, elaboram acta registando os resultados e a lista de delegad@s eleit@s.

15.

Os Estatutos obrigam as listas apresentadas para os órgãos do Bloco a responderem a um critério de paridade, mas não estendem essa condição às listas de delegad@s. No entanto, a Mesa Nacional recomenda aos proponentes das listas que procurem uma representação de mulheres e homens tão equilibrada quanto possível.

ORDEM DE TRABALHOS

16.

A Ordem de Trabalhos da Convenção é a seguinte, estando os tempos de cada ponto definidos no anexo deste Regulamento:

1. Eleição da Mesa e votação da ordem de trabalhos e das comissões da Convenção,
2. Relatório e resolução política,
3. Manifesto Autárquico,
4. Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

CALENDÁRIO DA CONVENÇÃO

17.

O calendário da Convenção é o seguinte:

17 de Fevereiro: discussão e votação das propostas de resolução da Mesa Nacional para a Convenção.

5 de Março: publicação das propostas de resolução, tal como resultam da discussão da Mesa Nacional (Boletim de Debates, nº1).

25 de Março: publicação do Boletim de Debates nº2, incluindo outros textos de aderentes do Bloco, com prioridade para os textos alternativos ou emendas.

29 de Abril: data limite para apresentação de listas de delegad@s em cada distrito.

5, 6, 12, 13 de Maio: datas possíveis para a eleição dos delegados das organizações distritais.

19-20 de Maio: reunião da Convenção Nacional.

DIRECÇÃO DOS TRABALHOS

18.

A Mesa da Convenção dirige os trabalhos de acordo com este Regulamento, é responsável pelos contactos com a comunicação social, coordena os serviços de apoio à Convenção, elabora a Acta e tem competência para resolver todas as questões que sejam omissas no Regulamento.

INTERVENÇÕES

19.

As e os delegados poderão inscrever-se para intervir em cada ponto da ordem de trabalhos, devendo fazê-lo em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

20.

Compete à mesa definir os períodos de inscrição e gerir as inscrições, dentro dos limites dos tempos totais definidos no horário da Convenção.

21.

Os debates serão introduzidos nos pontos 2 e 3 pela comissão de redacção e, havendo alternativas globais, pelos proponentes dessas alternativas, e no ponto 4 pelos proponentes da lista ou listas que sejam apresentadas. A Comissão de Redacção, bem como os autores de alternativas globais, tem o direito de apresentar os seus documentos no início da discussão, justificando as alterações que o debate suscitou no momento anterior à votação, e os seus membros têm, como qualquer delegado, o direito de intervir no debate, inscrevendo-se da forma prevista no presente regulamento e na ordem estabelecida pelas inscrições.

22.

As alternativas globais devem ser subscritas por um mínimo de 30 aderentes, sendo os textos publicados em boletim de debates

23.

Havendo propostas de especialidade nos pontos 2 e 3 que não tenham sido aceites pela comissão de redacção, poderão os proponentes apresentá-las no período específico da ordem de trabalhos em que o tempo será repartido por todos os proponentes, não havendo debate contrário e competindo à comissão de redacção, nos limites do horário aprovado, explicar as razões pelas quais não as incluiu no texto apresentado, após o que se passa à votação.

24.

As propostas de emenda, adenda ou alternativa que não sejam incorporadas pela comissão de redacção podem ser apresentadas e submetidas a votação mediante a subscrição de pelo menos 10 delegadas e delegados.

VOTAÇÕES

25.

As votações para apuramento por maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegado.

26.

Compete à Mesa contar os votos, proclamar os resultados e apreciar impugnações.

27.

As votações decorrem no final de cada ponto da ordem de trabalhos.

CONVIDADOS E IMPRENSA

28.

Todas as sessões da Convenção são abertas à Comunicação Social. Os representantes de partidos e organizações serão convidados a assistir à sessão de encerramento.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

29.

As eleições para os órgãos nacionais decorrem por voto secreto em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos. Havendo mais do que uma lista, a composição desses órgãos é determinada pela proporção dos votos recolhidos por cada lista.

RESPEITO PELO FUNCIONAMENTO DA CONVENÇÃO

30.

Os participantes e convidados devem tomar lugar na sala de sessões durante os trabalhos.

31.

Os participantes e convidados devem desligar os telemóveis ou manterem-nos em modo de silêncio na sala onde decorrem os trabalhos da Convenção

HORÁRIO DA CONVENÇÃO

(nota: a haver alternativas globais, o horário será readequado para prever a sua apresentação)

SÁBADO, 19 DE MAIO

9H30

Credenciação

11H-11.10

Abertura dos trabalhos pela Comissão Organizadora

11H10-11.20

Ponto 1 da OT: Eleição da Mesa e votação da ordem de trabalhos, do regulamento da convenção e das comissões da Convenção. Votação.

11H20-11.40

Ponto 2 da OT: Apresentação do Relatório e resolução política, pela Comissão de Redacção da Mesa Nacional.

11H40-13H00

Debate do Relatório e resolução política

13H-15H

Intervalo

15H-17.00

Debate do Relatório e resolução política

17H FIM DO PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE LISTAS PARA OS ÓRGÃOS NACIONAIS

17H-17.20

Conclusão do debate pela Comissão de Redacção

17H20-17.30

Apresentação de emendas e adendas na especialidade pelos seus proponentes

17H30-17.40

Intervenção da Comissão de Redacção sobre as emendas e adendas

17H40

Votações sobre relatório e resolução política (emendas, adendas, alternativas e texto final)

17H50 — 18H20

Intervalo

18.20

Apresentação da lista ou listas para a *Mesa Nacional e da Comissão de Direitos (Ponto 4 da OT)*. Início da votação em urna.

18.30-18.50

Ponto 3. Apresentação do Manifesto Autárquico pela Comissão de Redacção.

18.50- 20.30

Debate sobre o Manifesto Autárquico

20.30

Interrupção dos trabalhos (urnas abertas até às 21h).

DOMINGO, 20 DE MAIO

10.30-12.30

Continuação do debate sobre o Manifesto Autárquico e votação.

12H

Encerramento das urnas para a eleição dos órgãos nacionais e início do apuramento dos resultados.

12H45

Apresentação dos resultados da eleição para os órgãos nacionais.

13H-13.30

Sessão de encerramento da Convenção.

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO PARA A IIª CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Para a clarificação política do país

A Iª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda aprovou uma moção de orientação, “*Novos Tempos, Nova Esquerda*”, que definiu a linha geral de análise e de actuação do movimento para 2000 e 2001. Ela mantém-se actual e, por isso, a presente moção retoma as suas linhas de força.

Nessa moção assumia-se um património programático, o que decorria do texto de fundação, “*Começar de Novo*”, bem como dos programas que o Bloco submeteu aos cidadãos a partir daí: o “*Contrato pela Europa*” – que definia o sentido de um europeísmo de esquerda – e “*É Tempo de Ser Exigente*” – os compromissos para a luta política e para a acção parlamentar. A IIª Convenção confirma e reforça essa opção.

A presente Moção de Orientação acrescenta um balanço do trabalho do movimento, em particular ao longo do último ano, da sua intervenção social, do mandato parlamentar, da campanha presidencial, e determina escolhas fundamentais para a acção política no segundo semestre de 2001 e para o ano de 2002, incluindo as eleições autárquicas e definindo as grandes opções do Bloco para a luta social.

A IIª Convenção assume, assim, a continuidade de um movimento em que se reconhecem hoje tantos milhares de cidadãos e cidadãs, e que é chamado, em tempo de crise profunda e irremediável da governação socialista, a contribuir para a clarificação política no país e para a apresentação de alternativas.

CAPÍTULO I

DOIS ANOS DE BLOCO DE ESQUERDA

Dois anos depois da assembleia fundadora do Bloco de Esquerda, o movimento ganhou raízes sociais, começou a organizar-se, fez convergir correntes e activistas das esquerdas e protagonizou debates importantes no país. Colocou-se à prova. Integrou-se nas lutas sociais mais importantes e assumiu um lugar destacado na mobilização cidadã em questões decisivas. Foi a votos e elegeu um grupo parlamentar. Apresentou um candidato presidencial e cresceu politicamente. Foi à luta e marcou o nosso tempo. O Bloco esteve à altura da exigência que colocou: criar uma nova esquerda combativa, solidária, universalista.

1.1.OS COMPROMISSOS DO BLOCO

O Bloco de Esquerda nasceu de uma exigência, de uma ambição e de um compromisso. Uma exigência: a convocação de uma esquerda de luta e de proposta, de reflexão e de mobilização, num espaço plural e de convergência. Uma ambição: mudar o mapa político do país, criando novos espaços para a crítica, para a democracia, para a luta social. E ainda um compromisso fundamental: uma atitude nova capaz de enfrentar a direita e recuperar a iniciativa à esquerda.

É dessa exigência, dessa ambição e desse compromisso que o Bloco presta contas.

1.2. MUDAR O MAPA POLÍTICO DO PAÍS

A resposta ao impasse do sistema político, cuja capacidade de representação se resumia ao sistema rotativo no bloco central, e que à sua esquerda se encontrava num impasse de projecto, iniciativa e capacidade agregadora, foi uma das motivações principais dos criadores do movimento.

Esse movimento tinha que passar por testes fundadores: o teste da coerência das suas propostas, o teste das eleições (europeias, legislativas, presidenciais), o teste das mobilizações na sociedade. Essa seria, em suma, a prova da sua capacidade: um movimento candidato à renovação da oposição, mesmo quando tinha que ser interveniente nas instituições para as quais obtivera representação.

Esses objectivos foram, no essencial, realizados. O Bloco mobiliza hoje milhares de aderentes e de simpatizantes. É uma força política incontornável no debate nacional e está presente nos esforços de recomposição da esquerda a nível internacional. É uma força de oposição que determina maiorias para políticas concretas e que enfrenta o governo com coerência.

Com o Bloco, o mapa político do país começou de facto a mudar. Mas ainda há muito a fazer.

1.3.UM MOVIMENTO DE TRABALHADORES

Apesar de recente, o Bloco é herdeiro de tradições, experiências e lutas das esquerdas, em particular no movimento e nas organizações dos trabalhadores. A presença de activistas do Bloco nas actividades sindicais, na direcção da CGTP, bem como nas Comissões de Trabalhadores de muitas empresas, exprime essa tradição e essa continuidade. Respeitando a autonomia e a especificidade das organizações sociais, a actividade do Bloco de Esquerda evita e critica o controlo partidário e a instrumentalização e compromete-se com a defesa de plataformas reivindicativas que representem a unidade dos trabalhadores.

Foi nesse sentido que se exprimiu a Conferência Nacional sobre o Trabalho e Imigração, realizada nos finais de 2000 em Lisboa, que juntou activistas sindicais, de CTs e de organizações de imigrantes.

Esta é uma intervenção social fundamental para o futuro. O lugar central do Trabalho nas sociedades baseadas na exploração exige que a renovação da esquerda erga a luta dos trabalhadores até novos patamares de unidade e capacidade transformadora. A melhor tradição do movimento operário é a que o assume como portador da luta por todos os direitos de cidadania.

Por isso, aderentes do Bloco empenharam-se, como porta-vozes políticos do movimento, como dirigentes sindicais ou como activistas, em mobilizações como as das Minas de Neves Corvo, da Arcotêxteis contra os despedimentos de sindicalistas e pelo direito à greve, as da Coca, em Felgueiras, ou da Clarks, em Arouca, contra os despedimentos e a deslocalização, as dos pescadores ou dos maquinistas pelos seus direitos, as da TAP ou da Petrolgal contra a privatização e os negócios. Deputados do Bloco participaram em plenários de trabalhadores, em reuniões sindicais, intervieram junto do governo sobre estas lutas e estiveram presentes nas manifestações onde foi preciso levantar a voz solidária.

Para o Bloco, é decisiva a participação dos trabalhadores, que são marginalizados num sistema económico dirigido pelo lucro privado contra os interesses colectivos.

1.4.UM MOVIMENTO ABERTO PARA A LUTA CIDADÃ

A organização do Bloco é ainda muito deficiente, embora tenha registado uma evolução importante ao longo do último ano. Depois da Iª Convenção iniciou-se um processo de constituição de núcleos de base, de eleição de coordenadoras distritais, de constituição de alguns grupos de trabalho sobre temas específicos, mas esse trabalho é ainda preliminar.

Realizaram-se, desde a Convenção e pela primeira vez, reuniões nacionais sectoriais ou temáticas, como a Conferência sobre Democracia (Porto, Abril 2000), a Conferência sobre a Cultura (Porto, Novembro 2000), a Conferência Nacional dos Jovens (Lisboa, Novembro 2000), a Conferência Nacional sobre os Direitos das Mulheres (Braga, Dezembro 2000), e ainda seminários sobre Desenvolvimento e Interioridade (Mértola, Novembro 2000; Tondela, Dezembro 2000). Desses encontros resultaram coordenadoras ou grupos de trabalho, esboços de programas,

debates em aberto e uma grande vontade de intervir em todas as questões sociais fundamentais que determinam os contornos de uma alternativa de esquerda.

A realização destas reuniões e conferências nacionais tem sido uma forma adequada ao debate e à preparação da intervenção do Bloco.

No espaço entre Convenções contam-se por várias centenas as reuniões públicas, sessões de debate, comícios e intervenções de Norte a Sul do país, inclusivamente em localidades onde nunca antes se realizara qualquer iniciativa do movimento. Nesses actos públicos, o Bloco deu particular importância aos temas da reforma fiscal, da laicidade do Estado, das políticas de combate à toxicoddependência, dos direitos do trabalho e dos imigrantes.

Em consequência desta intervenção, formaram-se novos núcleos e comissões concelhias e distritais, dando ao Bloco um carácter nacional, fundamental para a coerência da sua intervenção e para a sua capacidade de reflexão e conhecimento do país.

Por outro lado, colocaram-se novos problemas de organização, de circulação de informação e de democracia que ainda não estão resolvidos. A base de aderentes constitui ainda uma minoria de quantos poderiam empenhar-se desde já numa intervenção política participativa e activa na construção desta esquerda.

A abertura do Bloco à participação cidadã de quantos querem juntar forças nesta esquerda nova é a condição do seu desenvolvimento como alternativa. O aumento do número de aderentes ao Bloco e a melhoria da qualidade da sua intervenção é fundamental para o crescimento desta esquerda, para a maturação da capacidade de alternativa e para o reforço da movimentação social.

1.5.A ACÇÃO PARLAMENTAR

Em ano e meio de actividade parlamentar, o Bloco procurou concretizar as suas propostas em projectos de lei e outras iniciativas legislativas. Esse esforço envolveu a mobilização de uma pequena equipa de assessores parlamentares, mas igualmente de muitas pessoas que foram

consultadas sobre leis específicas, que o fereceram sugestões ou escreveram ao grupo parlamentar, bem como de técnicos e especialistas que participaram em audições. A actividade parlamentar tem nesse contacto social uma dimensão muito importante do seu trabalho, tendo criado uma linha verde, respondendo a milhares de cartas e recebendo semanalmente dezenas de associações do mais variado tipo, e ainda pessoas que apresentam queixas, protestos ou razões.

Até Maio de 2001, esta actividade traduziu-se na apresentação de 62 projectos de lei pelo Bloco, enquanto que Governo apresentou 64 no mesmo período, o PCP 70, o PSD 76, o PP 51 e o PS 31 (as comparações são feitas com exclusão de propostas sobre freguesias, vilas e concelhos).

Mais importante será o conteúdo desses projectos:

Na área da reforma fiscal: reforma global incluindo IRS, IRC, IVA, Contribuição Autárquica, Imposto sobre as Fortunas, Imposto Imobiliário, Sisa, Imposto Sucessório, offshore da Madeira, impostos sobre energia, Imposto Automóvel, estatuto do Defensor do Contribuinte, combate à especulação urbana.

Na área do trabalho: redução do horário semanal para 35 horas, limitação dos contratos a prazo, recuperação das pensões degradadas da função pública, lei da segurança social, reforma dos bailarinos, reforma dos pescadores, fundo de compensação salarial para os pescadores, o trabalho nocturno e por turnos;

Na área da saúde: regulamentação das medicinas alternativas, farmácias públicas nos hospitais e medicamentos genéricos, pílula do dia seguinte, Lei de Bases da Saúde, separação entre o público e o privado, propriedade das farmácias;

Na área da droga: alterações à lei da droga, programa piloto de distribuição medicamente assistida de heroína, medidas de prevenção de riscos entre os toxicoddependentes,

Na área dos direitos: criminalização da violência doméstica, despenalização do aborto, estatuto das organizações de mulheres, direitos de união de facto para os casais

homossexuais, novo regime de adopção de crianças, medidas contra a violência no desporto, direitos das famílias monoparentais, direitos das pessoas idosas, criminalização dos abusos sobre menores,

Na área do sistema político: direito de iniciativa legislativa popular, limitação de mandatos para os presidentes de câmara, lei de financiamento dos partidos,

Na área da imigração: nova lei da imigração, estatuto dos mediadores culturais e de saúde,

Na área do ensino: organização do ensino superior, educação sexual nas escolas, redução do número de alunos por turma,

Na área do ambiente: proibição de organismos geneticamente modificados, suspensão da co-incineração, redução e racionalização do uso de combustíveis fósseis,

De sublinhar que vários projectos, nomeadamente os que incidiram sobre Trabalho, foram submetidos a discussão pública, tendo alguns recebido o apoio expresso de sindicatos e sido discutidos no Conselho Nacional da CGTP.

Dos 63, 12 foram aprovados e concluídos. Mais 9 foram aprovados na generalidade e estão em discussão de especialidade. Outro não foi votado mas está em discussão na especialidade – sobre a limitação dos contratos a prazo. 10 foram rejeitados. E 31 estão pendentes para agendamento.

O trabalho do grupo parlamentar exprime-se também na comparação entre os projectos de lei que nesta legislatura passaram por tramitação final, e que hoje são portanto leis da República: de todas as leis aprovadas por proposta dos grupos parlamentares, 12 foram originadas no BE, 11 derivam de projectos do PCP, 8 do PSD, 5 do PP e 7 do PS [dados de 8 de Maio].

Dos projectos apresentados pelo Bloco, 10 foram recusados: a limitação de mandatos para as autarquias, a lei da liberdade religiosa e de laicização do Estado, a proibição de touros de morte, as casas de xuto, a alteração à lei da droga, a recuperação das pensões degradadas da Função Pública, a lei da imigração e, quando foi discutida da primeira vez, a lei dos contratos a prazo. Os

projectos rejeitados tiveram no entanto um papel fundamental: foi o agendamento potestativo exercido pelo Bloco que obrigou o governo a apresentar propostas de lei que conduziram a uma maioria parlamentar para a descriminalização do consumo de droga, e foram as duas interpelações, mais a apresentação de propostas próprias e a pressão sobre o Orçamento, que forçaram o início da reforma fiscal do IRS e IRC. A nossa insistência na questão fundamental dos contratos a prazo permitiu agora reabrir a discussão e abrindo a porta a algumas alterações no regime actual.

Nasceram do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda duas alterações significativas ao Orçamento de 2000: a abolição da dívida externa de Moçambique, quando o país estava devastado pelas cheias, e a introdução dos preservativos nas despesas de saúde para efeitos de IRS, com a redução do IVA para 5%.

O grupo parlamentar esteve também activo no debate político, através de resoluções (sobre a Taxa Tobin, e outras) e de moções (entre outras, acerca da liberdade de imprensa em Angola, em defesa do líder curdo Oçalan, contra a pena de morte a que está condenado Mummia Abu Jamal, contra a requisição civil dos maquinistas, exigindo o esclarecimento das responsabilidades no assassinato de um cidadão cigano no Porto – que conduziu à demissão do chefe metropolitano da polícia - pela reafirmação do carácter laico do Estado e da liberdade de ter ou não religião, de solidariedade com os presos políticos da Turquia).

O grupo parlamentar percorreu o país associando-se a lutas concretas: da população de Bigorne ou de Vila Seca; dos imigrantes à porta do SEF ou nas repartições de finanças, em bairros e em obras; de trabalhadores como os da Somincor ou da Clarks, dos mineiros ou dos pescadores, dos estudantes do secundário. Realizaram-se frequentemente sessões de Parlamento Aberto para a prestação de contas pelos deputados, nomeadamente para a discussão de algumas das grandes opções que o Bloco foi chamado a tomar, como acerca dos Orçamentos de Estado.

As iniciativas e escolhas concretas do grupo parlamentar são certamente passíveis de discussão e de crítica e nem sempre recolheram unanimidade de opiniões, o que é natural. Mas a generalidade dos aderentes do Bloco e as sondagens de opinião têm confirmado que este intenso trabalho contribuiu

em muito para o desenvolvimento político do movimento.

Nas condições difíceis em que constitui uma pequena minoria no parlamento, o grupo parlamentar cumpriu as suas obrigações: apresentou propostas, conduziu debates, argumentou e votou em coerência com os compromissos assumidos ante o país.

1.6. A CAMPANHA PRESIDENCIAL

A decisão de apresentar uma candidatura não era fácil. As eleições presidenciais foram vistas como um processo de reconfirmação de um presidente em funções, quando a direita estava dividida e enfraquecida pela indisponibilidade dos seus dirigentes para combates derrotados, conduzindo a campanha sem enfrentamento real. O próprio candidato ganhador era olhado por parte da esquerda como suficientemente distanciado do governo para merecer alguma confiança. Neste contexto complexo, a Mesa Nacional do Bloco decidiu apresentar um candidato que se batesse por um programa próprio e que clarificasse as escolhas nas presidenciais.

Esta decisão exigia uma campanha enérgica e uma longa batalha. Fernando Rosas foi convidado para desempenhar essa tarefa e dirigiu a campanha com grande determinação, percorrendo o país, impondo o ritmo do debate eleitoral, marcando alternativas e fazendo crescer o resultado percentual da nova esquerda.

A campanha durou cerca de seis meses e foi extraordinariamente intensa. A esquerda não podia ficar reduzida a um candidato da área do governo e a um candidato do PCP que se preparava para a desistência. Ao mudar esta configuração de forças, Fernando Rosas abriu um espaço novo. Os resultados confirmaram a importância desta clarificação, com o crescimento da votação do Bloco em quase todo o país e uma votação superior à do candidato do PCP em 147 concelhos do país e em cinco distritos e regiões autónomas: Bragança, Aveiro, Madeira, Vila Real e Açores. Estes resultados fizeram-se contra as sondagens que, é conveniente lembrá-lo, desvalorizaram o peso real da candidatura.

Como os acontecimentos vieram provar, a campanha foi ainda essencial para suscitar as questões tão importantes como a das condições

do exercício do poder e da responsabilidade do presidente; as sequelas da agressão da NATO no Kosovo com recurso a munições revestidas com urânio empobrecido; lutas sociais como as dos mineiros de Neves Corvo, das trabalhadoras da Arcotêxteis e da Coca; ou ainda os problemas da interioridade, do desenvolvimento e a questão da terra – abordadas pela primeira vez em detalhe por uma campanha bloquista.

Sem esta candidatura, a eleição teria sido uma mera questão de rotina. Com ela, o debate teve lugar e abriram-se novos caminhos para a nova esquerda.

1.7. UM MOVIMENTO EM CRESCIMENTO E COM DIFICULDADES

Desde a primeira Convenção foram criadas organizações distritais nas quais se fazem representar todos os homens e mulheres que se empenham na vida do movimento. Melhorou assim a capacidade de actuação social, como se virá a exprimir agora em candidaturas autárquicas por quase todos os distritos do país.

Mas este progresso é ainda demasiado escasso face às responsabilidades que o Bloco hoje representa, e face à intervenção que é chamado a desenvolver. O funcionamento das direcções eleitas do Bloco precisa de melhorar a divisão de tarefas e a capacidade de resposta a todos os níveis em que somos convocados. É insuficiente a coordenação no trabalho sectorial, melhorando a troca de experiências entre os aderentes e a sua abertura ao mundo das lutas sociais, da reflexão política e da colaboração empenhada com outros activistas sociais. E, sobretudo, falta informação interna, permitindo tornar viva a presença de cada um dentro do movimento. Em resumo, é preciso dar mais conteúdo aos direitos democráticos dos aderentes, bem como regularizar espaços de discussão e formação de opinião, para os quais sejam mobilizados os núcleos, os aderentes que não participam nos núcleos e ainda não membros do Bloco com contributos específicos e opinião própria.

Esse esforço é fundamental para o futuro do Bloco e do seu papel na transformação da esquerda. É uma das tarefas importantes que decorre desta Convenção.

1.8. O BLOCO PARA MUDAR A ESQUERDA

Ao fim de dois anos, o Bloco pode fazer um balanço sereno da sua caminhada. Manteve o seu carácter plural e convergente, e alargou a sua representação social, política e eleitoral. Enraizou-se em movimentos cidadãos. Respondeu às grandes questões políticas. E, sobretudo, manteve o rumo definido pela Iª Convenção. Na oposição e para renovar a oposição, fomos a única força de esquerda a apresentar uma moção de rejeição do programa do governo, manifestando desde o primeiro dia a nossa alternativa, e mantivémos a coerência política de uma oposição com propostas e iniciativas.

Os testes mais difíceis, desde a última Convenção, foram as eleições presidenciais e o debate dos dois Orçamentos que o Bloco rejeitou porque consagravam políticas socialmente gravosas e economicamente injustas. Também nesses testes, o Bloco interveio respeitando o mandato que pedira e obtivera dos eleitores.

Fizemos as escolhas que queríamos fazer. É sobre essas escolhas fundamentais que a Mesa Nacional submete o balanço à apreciação das delegadas e dos delegados à Convenção.

CAPÍTULO II

RENOVAR A SOLIDARIEDADE

2.1 A NECESSIDADE DE UMA RUPTURA CIVILIZACIONAL

Na moção aprovada na Iª Convenção sustentava-se: “O debate principal que atravessa a esquerda nesta mudança de século é o de saber se a globalização capitalista é regulável, se é possível atingir-se uma ordem mundial mais justa e solidária,

sem que a pressão social ponha em causa os fundamentos, as leis e as tendências em que assenta a economia mundial. Em nossa opinião, não é. A primeira hipótese que norteia toda a actividade política do Bloco é a da necessidade de uma ruptura civilizacional com a ordem mundial existente. É desse antagonismo que partimos para a acção.» Desde então sobram os motivos para insistir nesta conclusão.

2.1.1. AS GUERRAS DA NATO

A intervenção da NATO na guerra do Kosovo criou uma fronteira de destruição, virando a Europa das potências contra a Europa que exige a paz e a defesa dos direitos humanos. A União Europeia aceitou mesmo condicionar simbolicamente a sua estratégia ao ponto de indigitar o anterior secretário-geral da NATO como primeiro representante da União para os assuntos externos, o “senhor PESC”, e partilha toda a responsabilidade desta operação militar e política. A política internacional das potências continua a recorrer ao belicismo e à agressão, e a implicação do Estado português nesta operação militar em plena Europa, foi um facto novo e grave, sem paralelo desde a Iª Guerra Mundial.

A insistência da nova administração Bush em relançar o projecto reaganiano da Guerra das Estrelas e as novos raids sobre o Iraque indicam com clareza que a administração republicana não deseja abrir mão da iniciativa política e económica belicista.

Ao mesmo tempo, o uso do urânio empobrecido pela NATO, primeiro no Golfo (em 1991) e depois na região balcânica, prova a influência decisiva do complexo industrial-militar, que rentabiliza os detritos nucleares e os reconverte em armamento, provocando a disseminação de uma forma de guerra radiológica e química que persegue as populações civis mesmo depois do fim dos conflitos militares.

A cumplicidade do governo português em relação a estas opções, bem como a protecção dada pela Presidência à estratégia da NATO, manifesta a incapacidade de formular uma política autónoma de defesa e de relações internacionais por parte do Estado português.

2.1.2. NOVAS E VELHAS GUERRAS

Ao longo do último ano vários focos de tensão emergiram ou confirmaram a gravidade dos conflitos que os alimentam:

A Palestina continuou a viver uma situação de guerra não declarada. Depois da provocação de Ariel Sharon na Esplanada das Mesquitas ter desencadeado uma nova *intifada* e conduzido a eleições em Israel, com a vitória da direita e a formação de um governo de coligação da extrema-direita aos trabalhistas, é mais difícil o caminho para a Paz. Esta exige o respeito pela declaração de independência do Estado Palestiniano, a devolução das terras ocupadas e uma solução duradoura para Jerusalém e para o diálogo entre os povos da zona. O Bloco manifestou-se contra a deriva política baseada nas ameaças e nas exclusões e associa-se ao movimento internacional que favorece o fim desta guerra.

Da mesma forma nos pronunciámos pelo fim da guerra de Angola e pelo respeito dos direitos humanos de quantos e quantas se encontram reféns da violência armada, da corrupção, da brutalidade política, das nomenklaturas e da falta de liberdade de imprensa e de expressão.

Entretanto, derrotada a invasão indonésia de Timor e afastada a actuação das milícias assassinas, o povo maubere iniciou a reconstrução e a formação das suas instituições próprias. O Bloco de Esquerda, que se empenhara na luta solidária contra a ocupação de Timor, acompanhou de perto esse esforço de reconstrução e afirmação política através de visitas de um dos seus deputados, por contactos e discussões com dirigentes do CNRT e ainda com forças da esquerda indonésia. Tendo consciência das grandes dificuldades com que se defronta a formação de uma política nova nas condições de sub-desenvolvimento e dependência externa em que Timor se encontra, o Bloco continuará a empenhar-se na defesa da soberania do povo maubere.

2.2. A GLOBALIZAÇÃO ENTRE DAVOS E PORTO ALEGRE

Em 2001, a globalização capitalista foi contestada por mobilizações sociais de grandes dimensões. Depois das manifestações de Seattle e de Praga contra a OMC e o FMI, depois da

Marcha Mundial das Mulheres em Nova Iorque junto ao Banco Mundial, FMI e ONU, o governo PT do Rio Grande do Sul convidou as esquerdas e organizações não governamentais dos vários continentes, a reunirem-se no Iº Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Essa reunião constituiu o contraponto da Cimeira de Davos, onde se agrupam os grandes banqueiros e financeiros ao lado dos representantes de governos. Assim, enquanto que na Suíça se discutia a imposição da globalização capitalista, no Brasil mobilizavam-se milhares de representantes das organizações e movimentos empenhados na luta contra o neoliberalismo.

A reunião de Porto Alegre, onde o Bloco se fez representar, constituiu um marco assinalável na contestação da actual ordem mundial e estabelece uma plataforma de encontro, disponível para gerar iniciativas e acções concretas. Este primeiro passo para uma nova geração de internacionalismo solidário tem grande importância para as esquerdas europeias. Constituiu uma expressão de organizações não governamentais da solidariedade, como o ATTAC, que se bate pela taxa Tobin e pela limitação da especulação financeira. E constitui uma resposta ao fracasso das instituições internacionais seja no combate à pobreza, à fome e à doença, seja na regulação dos equilíbrios entre a economia e a Natureza. Aliás, pouco tempo após a cimeira de Davos, o governo norte-americano deu nova machadada nos compromissos internacionais em matéria de ambiente ao recusar-se a subscrever as decisões da cimeira mundial de Quioto.

2.3. A EUROPA CONDICIONADA AO DIRECTÓRIO DAS POTÊNCIAS

A União Europeia tem vindo a consagrar, no seu próprio espaço, as opções que estão reordenar a actual ordem mundial. Com esta opção dos poderes da União e respectivos governos nacionais, a Europa perde uma oportunidade histórica de alargamento, de afirmação de direitos sociais, de coordenação económica no combate ao desemprego e à precariedade do trabalho.

A Cimeira de Nice consagrou uma reestruturação das instituições da União que acentua o predomínio dos interesses financeiros – com o reforço, ao longo dos últimos dois anos, da força inquestionada do Banco Central Europeu – e dos poderes dominantes, que se fazem

representar agora num directório informal dos governos dos grandes países para condicionar as deliberações das instâncias europeias.

Ao invés de contribuir para a participação democrática e para escolhas claras sobre a coordenação de políticas económicas, a integração dos imigrantes e o combate às desigualdades ou o alargamento respeitando as necessidades de cada região, a União confirma e aprofunda o caminho para uma moeda única construída sobre a base de políticas monetaristas. Assim, a política monetária, e as consequentes restrições às políticas fiscais e orçamentais na Europa, impõem um euro essencialmente dedicado ao combate anti-inflacionário, mesmo que o preço seja a subutilização das capacidades produtivas e o desemprego.

Estes são os caminhos impostos pelo novo Tratado da União Europeia, agora chamado de Nice, que impõe uma reforma institucional visando o reforço da capacidade de decisão dos países mais fortes, exige a unanimidade dos membros nas deliberações relativas ao social, à imigração e à fiscalidade, de modo a que as posições mais avançadas nestas matérias sejam sempre inviabilizadas pelos governos mais conservadores. O Tratado abre ainda as portas à criação de uma Força de Intervenção Rápida – em termos de segurança e defesa “o objectivo da UE é tornar-se rapidamente operacional”, refere a declaração final – e prevê a figura das “cooperações reforçadas” que permitirá a um grupo de pelo menos oito estados-membros (menos de 1/3 da futura UE alargada aos novos países candidatos, mas que deverá incluir, necessariamente, os mais poderosos) avançar com políticas e acções próprias, independentemente dos restantes estados-membros. Este Tratado é um péssimo Tratado.

Contra esta estratégia e colocando em comum a necessidade da revogação do Tratado de Nice, partidos da esquerda europeia têm vindo a reunir-se, depois de uma cimeira promovida em Lisboa a convite do Bloco de Esquerda, em paralelo com a reunião extraordinária dos ministros europeus acerca do emprego. A reunião seguinte, em Paris, acertou a regularização destes encontros para coordenar esforços, trocar informações e criar uma rede de colaboração entre forças empenhadas na luta contra o neo-liberalismo. ***O Bloco prosseguirá esse esforço, procurando juntar numa mesa redonda todos os***

movimentos europeístas de esquerda.

RESOLUÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE INTERNACIONAL DO BLOCO

Os órgãos directivos do Bloco são mandatados para:

1. Manter uma actividade insistente na oposição à intervenção da NATO nos Balcãs, exigindo quer uma moratória sobre o uso de munições com urânio empobrecido, quer o julgamento por crimes de guerra sem excepção para os responsáveis político-militares da Nato e ainda a retirada completa das tropas portuguesas.
2. Defender processos de arbitragem internacional pacífica nos conflitos entre Estados, continuando a pugnar pela saída de Portugal da NATO.
3. Se oporem à lógica de uma Europa construída segundo os critérios do mercado e os interesses das potências, sustentando a necessidade de revogação do Tratado de Nice, e de uma alterantiva europeísta de esquerda,
4. Prosseguir em Timor os contactos com as forças de esquerda, incluindo a Fretilin e o Partido Socialista de Timor, acompanhando e apoiando o processo de auto-determinação nacional com a declaração da independência,
5. Fazer representar o movimento no IIº Fórum Social Mundial, a realizar em Porto Alegre em 2002, e continuar a acompanhar os desenvolvimentos decorrentes da Marcha Mundial de Mulheres;
6. Manter a presença empenhada do Bloco nas reuniões da esquerda europeia que se realizam por ocasião de cada cimeira da União.
7. Desenvolver o debate interno neste domínio, permitindo uma melhor aferição de opiniões e uma informação mais exhaustiva e rigorosa sobre as questões internacionais.

A GOVERNAÇÃO EM CRISE

Ao fim de seis anos de governo, o primeiro ministro António Guterres chegou ao fim do seu estado de graça e lançou o governo num emergente estado de desgraça.

As contradições de uma política remendista estão agora à vista. O sistema de justiça continua preso a uma morosidade que discrimina socialmente e o sistema prisional continua superlotado com presos preventivos. O ensino vive a incerteza de semi-reformas sobrepostas, perante professores forçados ao desânimo e alunos levados à irritação e ao protesto de rua. Os sistemas públicos estão dilacerados pelas privatizações – que transferem para o domínio privado funções essenciais rentáveis, (partes do sistema dos transportes, das comunicações, da energia, das actividades financeiras), enquanto o Estado se remete explicitamente a um papel de subsidiário e guardião dos interesses mais poderosos. A política de subsídios na cultura torna-se palco de desgoverno, arbítrio e insensatez, prejudicando a criação cultural mais enraizada e parализando as novas propostas. No ambiente, o negócio e a oportunidade continuam a ditar a lei. E, entretanto, a política repetidamente prometida sobre igualdade de oportunidades entre sexos continua a ser sistematicamente esquecida e desprezada.

A crise é de projecto e porque é de projecto é de governo. Desta constatação se deve partir para a análise das condições para uma alternativa.

3.1. LIÇÕES DE SEIS ANOS DE GOVERNO

O acidente de Castelo de Paiva, e os acontecimentos que se lhe seguiram, revelam o estado do país e, em particular, o atraso do interior confrontado com o desenvolvimento do litoral, as

assimetrias profundas nas acessibilidades, nos serviços públicos, na criação de igualdade de oportunidades. Portugal são dois países – pelo menos. A poucas dezenas de quilómetros do Porto e de Aveiro as distâncias medem-se em horas de viagem. Desertificado pela pobreza e pela emigração, dominado quantas vezes pelo caciquismo, o interior é um degredo na sua própria terra. Os acontecimentos revelam ainda a natureza das prioridades de que os governos ao centro se ocupam: enquanto se discute se um TGV que custa 800 milhões de contos deve ou não fazer de metropolitano de superfície e parar na Ota, não se sabe quantas pontes ameaçam ruir.

Mas estes acontecimentos revelaram igualmente o estado da administração pública, a falta de rigor nos serviços técnicos, a vulnerabilidade de sectores fundamentais à corrupção – como foi o caso da Junta Autónoma das Estradas –, bem como a prepotência e a arrogância tecnocrática de quantos dos seus gestores. Pior ainda, o caso revelou a urgência de uma democracia onde se possam fazer ouvir os que estão longe dos centros de decisão.

Os acontecimentos revelam ainda o que o poder rosa vem procurando esconder: que em seis anos de governo está por realizar o que é essencial para a modernização do país, para a erradicação das injustiças e para a formação de uma consciência nacional de exigência. O discurso da modernidade e da prioridade às pessoas prometeu o que não queria cumprir. Não existe, no governo socialista, qualquer réstia da capacidade reformadora que havia anunciado.

As teias da burocracia paralisam a administração pública, e a incapacidade de reformar o seu funcionamento traduz-se agora em catadupas de medidas avulsas para colmatar falhas evidentes. Fundações e institutos nasceram com o único fim de contornar regulamentos que o governo não corrige e para colocar, com vantagens financeiras, homens de mão com as mãos nos dinheiros públicos.

Existe, entre o país e o seu governo, um divórcio que já não é superável sem uma profunda mudança de políticas, de programas e de protagonistas. Só a clarificação se pode opor à degradação: depois do orçamento limiano, e perante o colapso das políticas do governo, a expressão da vontade popular é a mais consistente resposta democrática ao

pântano da política dominante. As eleições antecipadas são preferíveis ao arrastamento da crise sem soluções.

3.2. A CRISE DA POLÍTICA

Estão ainda por avaliar em toda a sua extensão as consequências destes anos de decadência política do governo. Mas é evidente que o divórcio entre os cidadãos e o poder político está condenado a aprofundar-se. É isso que indica o aumento incessante dos níveis de abstenção em todos os actos eleitorais.

Na moção aprovada na primeira convenção, o BE associava este fenómeno quer às políticas concretas que não respondiam às necessidades dos mais fracos, quer aos modos do exercício do poder e da espectacularização da política. As respostas a esta crise, pela esquerda, não são por isso simples. Exigem alternativa de proposta programática e alternativa política e social. Como disse recentemente, para condições políticas bem diferentes, o sub-comandante Marcos, o essencial não é a «conquista do poder», entendida como o acesso a responsabilidades governamentais, mas o combate por uma nova «relação entre o poder e os cidadãos».

3.3. O ESGOTAMENTO DA ROSA

Os sinais de esgotamento da governação estavam à vista desde há meses. Contudo, a moção que António Guterres apresentou ao congresso socialista não contém qualquer linha de saída pela esquerda para a crise em que mergulhou a governabilidade do país. Pelo contrário: o Congresso do PS reduziu-se a um cerimonial de consagração de uma liderança, sem que os problemas do país ou do próprio governo fossem sequer evocados. Foi, deste ponto de vista, um ritual mediático auto-flagelatório que iluminou cruelmente o impasse do governo e do seu partido.

Ao longo do ano de 2000 o governo Guterres acentuou estes sinais de esgotamento. Sucessivas demissões de ministros, pequenas remodelações desencadeadas por vários pretextos, a instalação de um campo de minas entre políticos e gestores públicos, as guerrilhas a todos os níveis do PS, as oscilações da bancada parlamentar, a falta de coerência da actividade governamental, são disso exemplo. Ou ainda a criação de novas pastas ministeriais e sua posterior anulação, como aconteceu com a da Igualdade, em função de puro

oportunismo político. Ou ainda a purga de opositores que ocorre no congresso do PS, em que as vozes incómodas são afastadas.

Tais sinais são a expressão de um modelo político incoerente. Em tudo o que é estrutural e estruturante no sistema político-económico português, afirma-se o bloco central PS/PSD. Em conjunto, os dois partidos convergem sobre a União Europeia, sobre a NATO, sobre o programa de privatizações, sobre medidas de contra-reforma eleitoral, sobre alterações à Constituição, sobre a preservação de privilégios inconstitucionais da Igreja Católica, sobre o situacionismo social e económico. Apesar das dificuldades entre os dois partidos que disputam espaços que se sobrepõem, e que são por isso forçados a exhibir agudas divergências formais, o bloco central renasce em quase todas as «questões de regime».

Desta ausência de vontade reformista do governo, do incumprimento das suas promessas e da sua deriva política nasce a proposta, ou a vã ambição de absorver a esquerda no pântano da governação.

A resposta é e deve ser dada pelos factos, pelo saldo destes últimos dois anos.

O melhor destes dois anos, foi o que as esquerdas impuseram a um governo sem maioria absoluta parlamentar: o início da reforma fiscal, um patamar de resistência para a defesa de uma segurança social universal e inter-geracional, o abrir de portas para uma nova política de combate à toxicod dependência e ganhos de causa em matéria de direitos civis, nomeadamente os direitos humanos das mulheres. O PS não teria feito nada disto se para tanto as esquerdas não se tivessem batido com proposta própria. E se as esquerdas estivessem no bolso do PS também não. Porque estavam de fora do governo, dotadas de autonomia e independência, é que o puderam fazer.

Em contrapartida, o pior destes dois anos foi o prosseguimento de uma política económica e social que está a levar o país para um beco sem saída.

Se olharmos para o país, verifica-se que continua a predominar a gestão avulsa de investimentos privados, públicos e comunitários de acordo com a lógica do mercado e dos favores que encontra no aparelho de Estado. Chega-se a desperdiçar parte das transferências comunitárias

por incapacidade de apresentação de projectos e de mobilização de contrapartidas nacionais, num caos de projectos prometidos e nunca cumpridos. Toda esta estratégia é errada e conduzirá ao agravamento da crise social, pela simples razão de que, enquanto que o sistema político vive hoje no impasse, este modelo de desenvolvimento económico passivo e periférico está condenado ao fracasso. Durante anos, esse modelo baseou-se predominantemente nos salários baixos de trabalhadores pouco qualificados e intensamente explorados. Financiado por remessas de emigrantes e pela entrada de investimento directo estrangeiro, ou durante muitos anos pela redistribuição do rendimento operada pela inflação – entre trabalhadores e proprietários – ou pelas desvalorizações – entre importadores e exportadores –, este modelo deixou de ter suporte e não tem futuro. Se os financiamentos europeus permitiram elevar artificialmente o nível de vida de sectores importantes da população e manter o rolamento desta economia, é certo que a vulnerabilidade económica do país está cada vez mais exposta.

O preço a pagar por estes erros, se se confirmarem as primeiras indicações de uma recessão norte-americana que se estenda à Europa nestes primeiros anos da década de 2000, será o aumento do desemprego, atingindo sobretudo mulheres e jovens – actualmente o desemprego é já entre as mulheres jovens o dobro da média geral do país. E o aumento do desemprego é tanto mais grave nos países que, como Portugal, têm níveis muito baixos de protecção social ou que têm um desemprego oculto sob a forma de baixos salários. Por outro lado, o dogma do cumprimento dos critérios económicos de Maastricht, em particular o Pacto de Estabilidade, tem sido a garantia da prevalência dos grupos económico-financeiros privados, acentuando-se a desigualdade social e fenómenos de exclusão social.

O esgotamento do modelo económico é reconhecido até pelos governantes. Mas o remédio que sugerem é o da continuação da doença: a manutenção da ortodoxia monetarista, uma globalização passiva, a agricultura às ordens da PAC, a indústria seguindo o caminho da agricultura com competitividade assente em baixos salários e fraca qualificação profissional, a desertificação contínua do interior e urbanização e mobilidade às ordens da construção civil, o estímulo ao consumo com o sobreendividamento bancário e o consequente descalabro do endividamento

externo.

A distribuição desigual do acesso às oportunidades de educação e de formação agrava as injustiças regionais e sociais. Ao mesmo tempo, agrava-se a incapacidade de resposta do Estado às necessidades sociais fundamentais – na saúde, na educação, nas pensões, na justiça.

O saldo é fortemente negativo e a inversão de política não é possível com este governo chefiado por António Guterres.

Quanto mais tempo esta política e este governo durarem mais possibilidades terá a direita de recuperar o governo. A clarificação é portanto urgente. O povo deve poder tomar a palavra em eleições e escolher entre alternativas. A esquerda deve ir a essa batalha com força, com propostas e com iniciativa, clarificando caminhos.

3.4. A DIREITA ENTRE DERROTAS

Os partidos da direita guerreiam-se entre si e internamente num processo típico de procura de caudilho para uma vaga de fundo de alternância. Este processo opera num contexto em que a direita foi acentuando a sua vertente mais conservadora, contra os direitos civis, procurando uma base política populista construída na base dos sentimentos de insegurança e medo das populações. A direita apresenta-se como o partido da ordem e da polícia, reclama o ataque fiscal aos pobres através do IVA, exige a privatização de serviços públicos incluindo a segurança social, clama por mão dura sobre os imigrantes. Explora o clientelismo do PS e o escândalo do tráfico de influências, procurando fazer esquecer o seu próprio passado recente no governo – e mesmo os seus compromissos com o governo Guterres, estabelecidos em cinco Orçamentos de Estado.

Com a lenta erosão eleitoral do PS e com a ameaça da recessão internacional, os grupos económicos vão-se distanciando de António Guterres e a direita tenta recompôr a sua base social de apoio. Falta-lhe contudo uma liderança política e a conturbada história de impasses entre PSD e PP reforça essa dificuldade. A verdadeira disputa pelo poder, a que se travará dentro do PSD, só ganhará forma quando melhorarem as suas

condições eleitorais. Nesse momento, porventura com outros protagonistas e sob forma nova, ressurgirá a AD. O fracasso da candidatura presidencial de Ferreira do Amaral e a divisão acentuada na eleição para a Câmara de Lisboa, confirmam que ainda não estão reunidas as condições para essa alternância.

À direita da governação as forças não são ainda convergentes. E se perante o descalabro político do governo tal aliança se vier a configurar, maior será a razão e a necessidade de uma nova esquerda que apresente as respostas necessárias e a coragem que falta para uma alternativa que vença.

3.5. A CONTRA-REFORMA ELEITORAL

Ao criticar as alianças que o governo tem desenvolvido ao longo dos seus seis anos com a direita – com o PSD e PP, agora com Daniel Campelo - o Bloco de Esquerda opor-se-á também ao conteúdo destas alianças na viciação do sistema político, condenando com insistência as novas peças de contra-reforma do sistema político, onde avulta a alteração às leis eleitorais para a Assembleia da República. O Bloco denuncia firmemente o significado político destas contra-reformas das leis eleitorais, que procuram garantir o sistema rotativo bipolar e colocá-lo acima de qualquer questionamento ou contestação pelo eleitorado. Num contexto em que os socialistas passaram a jogar à defesa, as medidas de alteração do sistema eleitoral surgem como a bóia de salvação das soluções de alternância do bloco central.

A proposta de nova legislação eleitoral autárquica era apenas a primeira peça. Sem considerar nem a limitação de mandatos nem o aumento dos poderes de controlo e de deliberação das assembleias municipais, o governo propôs e negociou com o PSD uma proposta de empossar um presidente de plenos poderes. A proposta de círculos uninominais, que se lhe segue, seria o corolário de um golpe político contra a proporcionalidade, procurando garantir o espaço da bipolarização e da alternância entre PS e PSD como a marca do sistema político.

Derrotar no ovo esta enorme operação deve unir quantos e quantas entendem que a diminuição do leque de escolhas políticas só pode agravar a crise da política. Derrotar no ovo esta enorme

operação deve unir quantos e quantas consideram que a criação de círculos uninominais só pode trazer ao de cima, em circunstâncias de espectacularização comunicacional, uma das piores tendências históricas do exercício do poder no país: o caciquismo e o despotismo iluminados, conjugados com a exclusão de todos os grupos minoritários, ou majoritários mas com comportamento minoritário, como as mulheres.

Também por isto é impensável que na esquerda se continue a dar crédito a quem não deseja outra coisa senão destruí-la como corrente autónoma e amarrá-la a um ministerialismo sem projecto nem proposta. A liderança actual dos socialistas é coveira de si própria e quer levar a esquerda com ela. Só irá quem quer.

3.6. O DESAFIO DA "GOVERNABILIDADE"

António Guterres, na moção que apresentou ao congresso socialista, propôs-se incorporar na área do governo «os dez por cento» de povo que se situam à sua esquerda. A proposta dirigia-se às forças existentes ou a uma nova e misteriosa força política que nesta área viesse a emergir. A condição: que fosse «aberta», «moderna» e «europeia». Ora, desde que dirige o PS, António Guterres tem sustentado que o caminho da rosa é «em frente». Os factos provam que não mudou nem de opinião nem de orientação

Se tivesse foros de «viragem à esquerda», outra teria sido a atitude do PS no Orçamento de Estado, quando o governo preferiu a via limiana. Como em seguida não teriam avançado os projectos de bipartidarizar ao centro a vida política, por via das leis eleitorais. Quando António Guterres se refere a uma «nova força política» necessária para se aliar ao PS no apoio ao governo, o que está a fazer é um descarado convite à cisão no PCP, com o engodo de acesso a lugares de governo.

Por isso vale a pena passar em revista a experiência de Lisboa. Ela aglutinou vontades que não queriam apenas acabar com a «era Abecasis», mas erguer um projecto para a capital. Não se tratou de eleger Mário Soares contra Freitas do Amaral ou António Guterres contra Cavaco Silva. Tratou-se de uma alternativa, no sentido mais nobre do termo. PCP e PS foram decisivos, mas não esgotaram a proposta nem as capacidades

de participação. A dinâmica que então emergiu esteve longe de ser simplesmente «melhorista». Apesar das dificuldades que sentiu desde o início, ali nasceu um projecto para a transformação da cidade marcado à esquerda, com planeamento estratégico, promessa de descentralização administrativa e participação cidadã aliada a um esforço de modernização que não receava enfrentar os interesses dominantes na construção.

Mas, doze anos depois, o que sobra? Sobra uma coligação de dois partidos, onde antes existiu a promessa de um movimento de responsabilidade cidadã. Sobra o casuísmo das decisões, onde antes se introduzira o planeamento e a transparência de regras na relação entre o município e os promotores. E sobra um presidente que decide a seu bel prazer, onde era necessário alguém capaz de ouvir. Sobra, em suma, um mero projecto de poder, onde antes existira a promessa de uma nova geração de políticas urbanas.

A experiência de Lisboa é importante para a reflexão sobre os caminhos da esquerda. Desde logo porque demonstra que a «governabilidade» não pode constituir um fim em si mesmo. A «governabilidade» só faz sentido enquanto instrumento de um processo social, cultural e político de transformação. Sem este horizonte, sem esta força propulsora, qualquer «governabilidade» tende a fazer sua a ordem actual das coisas e a esvair-se no concerto dos aparelhos. E, nesse contexto, vence sempre a lei do mais forte.

O «convite» que António Guterres formulou antes do congresso do PS não visava uma «viragem à esquerda» do PS. Pelo contrário, pretendia uma guinada para a direita de quantos se situam à esquerda da governação. O Bloco não vai por aí.

Aliás, como acabou por se verificar no próprio Congresso do PS, esse convite redundou no anúncio de mais uma deriva à volta de estratégias limianas. E os dirigentes que tinham feito propostas e pediam uma inflexão à esquerda foram afastados da direcção. Os factos falaram por si.

3.7. O PCP E A ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO POLÍTICA

Nas presentes circunstâncias é impossível

um acordo de governação entre o PS e o PCP. A condição que ambos colocam para a sua viabilização - «que previamente o outro mude» - está longe de ser realista. Mas as dificuldades porque passam ambos os partidos leva sectores socialistas e comunistas a encarar com expectativas a experiência francesa de governo comum.

O Bloco distancia-se desta hipótese. O problema da esquerda portuguesa não é, nesta fase, de governabilidade - esse é, quando muito, a dor de cabeça dos socialistas - mas de construção de projecto programático e bloco social para uma alternativa de política. Uma eventual materialização à portuguesa da experiência francesa não revelaria apenas os limites de uma solução que se tem revelado incapaz de desarmar o essencial das políticas liberais. Ela constituiria uma tragédia porque seria necessariamente uma aliança de fraquezas e alienaria a independência e a capacidade de construção de alternativas a partir dos movimentos e das lutas sociais.

Entretanto, em relação ao Bloco de Esquerda, o PCP manifesta um autismo insistente, baseado na expectativa sucessivamente adiada de que este movimento desapareça. Este autismo reproduz-se ainda na tentativa de fazer sobreviver um esquema de política unitária ao espelho, apresentando a CDU como monopólio do espaço de representação à esquerda do PS. Esta política sectária tem-se exprimido, por exemplo, em insistentes convites a aderentes do Bloco de Esquerda para que se dissolvam em listas autárquicas da CDU.

O PCP pode não apreciar a alteração do mapa político que a emergência do Bloco gerou, mas não ganha nada em ignorar essa realidade. Uma política séria de aproximação entre as esquerdas deve partir do reconhecimento e do respeito pelas diferenças. Qualquer outra via condena-se ao fracasso, atrasa as convergências que o «povo de esquerda» sente como necessárias e enfraquece os seus promotores sem benefício para ninguém.

Em contraposição, o Bloco tem todas as razões para continuar a defender e a valorizar uma política de unidade e convergência das esquerdas em torno de alternativas concretas. ao rotativismo que marca e envenena a democracia portuguesa.

3.8. O BLOCO COMO ALTERNATIVA NA OPOSIÇÃO

O Bloco de Esquerda decidiu, na sua Iª Convenção, «correr por fora» da governação, estando «por dentro» das instituições eleitas. Afirmou que não era candidato a nenhuma plataforma de governo ou acordo para-governativo e deixou claro que, ao assumir plenamente as suas responsabilidades políticas e institucionais, se propunha concretizar uma estratégia de renovação da oposição. Assim fez.

O modo de acção e a atitude do Bloco permitiu arrancar concessões importantes a um governo que no parlamento não dispõe de maioria absoluta. Não o fizemos sozinhos e valorizamos a contribuição de todas as forças e deputados que se empenharam nesse caminho. A este nível, são os resultados que nos interessam. Mas as concessões arrancadas à maioria governamental, ainda que parciais, só ocorreram com a acção determinante do Bloco.

Quem assume uma oposição coerente, não se aprisionando a lógicas tacticistas de aproximação ao poder, determina uma agenda própria, obtendo em consequência, maior capacidade reivindicativa e negocial. Estar de mãos livres e de mãos limpas é a única atitude que uma oposição pode ter, e só assim ela pode vencer.

Num outro plano, esta experiência de dois anos valida a estratégia de um diálogo aberto com a opinião pública, favorecendo as mobilizações sociais, a unidade e a convergência plural das cidadanias mais activas.

O Bloco superou a barreira inicial da sua afirmação, mas ainda mal começou a mudar o mapa político. Para o fazer é necessário derrubar fatalismos e atrair energias novas e jovens; há que desenvolver as políticas alternativas e as propostas estruturantes de que o Bloco é porta voz, contrastando-as com a gestão do governo PS; e há que promover um contacto regular e intenso com as organizações sociais, sejam elas sindicais, ambientalistas, associativas, de mulheres ou outras. Por outro lado, teremos de multiplicar as iniciativas de contacto com as populações e acentuar a divulgação local e nacional das propostas mais polémicas.

responsabilidades institucionais tem que ser um Bloco capaz de se enraizar na sociedade e nos confrontos que definem o seu futuro, vivendo nas transformações de que é portador.

3.9. UMA RESPOSTA PARA O FUTURO QUE É HOJE

O Bloco cumpre o melhor que pode e sabe o seu papel. Mas uma inflexão em profundidade na política nacional exige o concurso de muitas outras energias e vontades. Não temos sobre isto qualquer dúvida: hoje na esquerda ninguém é autosuficiente.

Na convergência que o «povo de esquerda» espera das lideranças em que se reconhece, a pluralidade, a igualdade e o respeito pelas diferenças são essenciais para a construção de confiança mútua. Só por aqui há caminho que acumule forças e razões.

Depois das autárquicas é indispensável trabalhar para dar consistência política à exigência unitária existente no «povo de esquerda». Se a direita é capaz de se unir quando lhe cheira a poder, as esquerdas não devem ser prisioneiras de sectarismo. Uma Mesa redonda de quantos e quantas querem estabelecer plataformas de entendimento com base nas políticas e na acção concreta, em batalhas comuns, deveria poder emergir a partir de agora. Esta proposta apresentamo-la às outras formações de esquerda, a correntes e activistas cívicos e sociais. Precisamos de uma convergência dotada de forças e propostas que elevem os níveis de exigência e cidadania no país; que responda não apenas ao problema das políticas governamentais, como à urgência de uma ruptura nos modos como o Estado se relaciona com os cidadãos; e que inscreva nas suas propostas o horizonte de uma ruptura com a ordem neo-liberal que comanda a vida económica e social.

Precisamos em Portugal da confluência das lutas que se encontraram em Porto Alegre. Precisamos em Portugal da vitalidade das manifestações da rua de Seattle, das mulheres em Nova Iorque ou dos índios na Cidade do México. Precisamos em Portugal de reviver as forças de Abril. Precisamos de uma esquerda que respeite o seu passado e que lute pelo seu futuro que é hoje.

RESOLUÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA OPOSIÇÃO AO GOVERNO

O Bloco de Esquerda reafirma a sua estratégia de constituição de uma oposição forte, propositiva, aberta ao diálogo e empenhada na mobilização social.

Essa oposição procura gerar convergências maioritárias para prosseguir a reforma fiscal, para aumentar as pensões de reforma em convergência com o salário mínimo, para limitar os contratos a prazo e outras formas de precariedade, para dar garantias ao emprego a todos os homens e mulheres, para defender e expandir o serviço nacional de saúde, para consolidar uma nova política para a toxicodependência, para combater todas as desigualdades e discriminações, sociais, de género, de origem étnica ou nacional, de orientação sexual, de opinião ou outras.

O Bloco continuará a opor-se a Orçamentos que, na sequência dos anteriores, defendam a continuidade de políticas socialmente injustas, considerando que será sempre preferível a clarificação ao pântano das cedências à direita e a interesses casuísticos dos grupos sociais e económicos mais poderosos. O recurso a eleições antecipadas é preferível à degradação política.

Finalmente, o Bloco manifesta a sua disposição para, após as autárquicas, participar numa Mesa Redonda das esquerdas que confronte pontos de vista e explore os caminhos possíveis para novas respostas comuns.

CAPÍTULO IV

O BLOCO EM MOVIMENTO

4.1. CONTINUAR OS COMBATES QUE ABRIMOS

O Bloco deve continuar a responder aos

compromissos que contraiu e que no balanço de actividade se enunciaram. Eles identificam o Bloco. Manifestam a continuidade e o aprofundamento de um combate político nas novas condições em que é urgente uma clarificação das alternativas políticas para o país.

Em particular, o Bloco é parte da construção de uma oposição com propostas, que responde ao descalabro da política do governo. Fá-lo em áreas essenciais para definir uma alternativa: na democratização da democracia, ao defender a extensão dos direitos democráticos e civis, na qualificação dos serviços públicos, em particular na saúde e na educação, na defesa do trabalho com direitos. É a partir dessas escolhas que se faz uma política concreta para responder aos problemas e para enfrentar o colapso político que se vive agora. Nesse sentido, o Bloco apresenta uma plataforma para respostas políticas imediatas a questões urgentes.

RESOLUÇÃO SOBRE A PLATAFORMA URGENTE PARA O PAÍS

O Bloco defende uma plataforma urgente em resposta concreta aos problemas do país:

1. O governo pretende apresentar um pacote de redução da despesa nos sectores sociais. O Bloco contrapõe um pacote de redução da despesa pública em tudo o que é ostentação ou erros de projecto: os submarinos (400 milhões de contos), o deslize dos custos públicos do Euro 2004 (já em 17 milhões de contos, antes de as obras terem começado), o TGV como rede ferroviária interna (mais de 1000 milhões de contos). O governo pretende austeridade contra o investimento social, o Bloco propõe responsabilidade social contra a austeridade.

2. O governo defende a restrição salarial, para redistribuir os ganhos da inflação para as empresas. O Bloco defende o aumento intercalar de 3 contos, igual para todos os salários e pensões de reforma.

3. O governo destroça os serviços públicos, por exemplo privatizando os hospitais e contribuindo para o conúbio entre a medicina pública e privada. O Bloco propõe a

requalificação dos serviços públicos como condição para a democracia, e em particular o desenvolvimento do serviço nacional de saúde.

A política faz-se com escolhas claras. A agenda do Bloco são essas escolhas claras.

Por isso, apresentamos prioridades para o país, e que concretizam esta plataforma:

4.1.1 A REFORMA DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

A degradação e o descontrolo do Serviço Nacional de saúde são hoje preocupação central da maioria dos cidadãos(ãs). Este é uma das políticas sociais onde o PSD e o PS falharam clamorosamente e, por isso, a contestação é generalizada e as populações exigem alternativas.

A direita pressiona para uma maior privatização do sistema e para a redução do SNS a uma assistência de segunda para pobres. O PS cede à vez aos grupos de pressão da indústria e do comércio farmacêutico, à promiscuidade da clínica privada, ao desnorte na relação dos hospitais e centros de saúde, ao crescimento dos serviços privados de meios complementares de diagnóstico.

Assim, as relações entre os subsistemas da segurança social e do SNS são cada vez mais complexas, opacas e geradoras de desigualdades. E, contudo, as verbas para o SNS e a moda contínua dos “buracos financeiros” são uma despesa orçamental crescente sem correspondência na qualidade dos cuidados prestados e não explicável pelos avanços da tecnologia a pagar no SNS.

Como na questão da despenalização do aborto, a defesa de um SNS de qualidade implica a convergência de quantos e quantas o querem defender e melhorar. Nomeadamente, são indispensáveis instrumentos independentes de avaliação, fiscalização das políticas do ministério e que no país possam emergir movimentos de exigência cidadã por uma nova política de saúde. O Bloco de Esquerda dispõe-se a colaborar nesta via, convicto de que a saúde pública constitui uma proposta muito forte para a acção social e uma prioridade essencial para o futuro.

Esta exigência cidadã necessita de uma nova política de informação sobre os direitos na área da saúde, nomeadamente na informação de cuidados primários e de prevenção de doenças transmitidas sexualmente, como a SIDA, tendo em particular atenção populações mais vulneráveis, como a dos toxicod dependentes ou jovens. Exige uma clara separação entre os sectores público e privado, o que todos os governos têm prometido e nenhum tem cumprido. Exige uma nova política de medicamento. Exige uma nova política para as doenças crónicas, e para promover a educação para a saúde. Exige a regulação dos testes genéticos, para evitar os abusos ao serviço de companhias de seguros e de empresas. Exige a coragem de enfrentar os lobbies do sector, que comandam o ministério da saúde.

Esta será uma das políticas fundamentais a que o Bloco dará atenção, empenho e determinação: a reforma do sistema de saúde é necessária e urgente para defender as populações mais desfavorecidas e os direitos de todas e de todos, para condenar as políticas privatizadoras e neoliberais, e para abrir caminho a alternativas de políticas unificadoras e propositivas que marcam a agenda política e a mudança no país.

4.1.2 A DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Esta causa ganha sentido num contexto mais vasto em que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres devem ser encarados como direitos humanos fundamentais, cabendo-lhes a elas serem sujeito das decisões que lhes dizem directamente respeito. Neste contexto, temos a responsabilidade, que é igualmente um compromisso eleitoral indeclinável, de amplificar a luta pela despenalização do aborto por decisão da mulher.

Uma esquerda portadora de um projecto de modernidade, de defesa da igualdade e da responsabilidade, é a que enfrenta sem temor os poderes instalados no obscurantismo e no conservadorismo enraizados na sociedade portuguesa. Abdicar deste combate, e justificá-lo em nome de outras prioridades, seria fugir à responsabilidade contraída com as mulheres deste país.

A legalização da interrupção voluntária da gravidez por decisão da mulher é simultaneamente

uma luta de valores, de saúde pública e de democratização. Não é concebível que poderes de inspiração religiosa ou de ética corporativa se sobreponham, num Estado laico e democrático, ao poder de decisão de cada mulher sobre o seu corpo e direitos reprodutivos.

O aborto não é um método de planeamento familiar ou de contraceção. É um último recurso para evitar uma gravidez não desejada, imposta ou com riscos de saúde. Só as carências educativas e as falhas nos meios anticoncepcionais continuam a obrigar ao recurso ao aborto, que actualmente é praticado sem as mais elementares condições de saúde física e psicológica. Assim, a mulher é duplamente vitimada pelo aborto clandestino: pela estigmatização e pela ameaça penal, e ainda pelos riscos sérios em que incorre.

A controvérsia anterior acerca da questão, e a forma abrupta como foi fechada na sequência do acordo entre o PS, o PSD e o PP, que conduziu ao referendo de 1998, tem levado a um impasse. A questão do aborto transformou-se por isso, simbólica e materialmente, num ferrolho contra as liberdades de escolha e de decisão no país.

Apesar das reservas compreensíveis em relação ao recurso a este instrumento no passado, um novo referendo que tenha legitimidade e que decida pelo direito da mulher é absolutamente incontornável, dada a realização anterior de um primeiro referendo. Por isso, deve o grupo parlamentar do Bloco, em unidade e convergência com as forças que se queiram associar a esta luta democrática essencial, propor ao Parlamento e ao Presidente da República a realização de um debate sério da questão, onerando os conservadores pela perpetuação do problema, e motivando uma participação mais elevada para que uma lei despenalizadora possa ser em consequência aprovada e publicada.

Este processo não se confina ao parlamento, nem se esgota nele. É importante que se concretize um movimento alargado associações de mulheres e de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, de organizações de saúde, de partidos, de personalidade que são referências de opinião e de cidadãos, antes e depois da votação da proposta de um referendo na Assembleia da República. Nos direitos sexuais e reprodutivos, enquadrados nos direitos humanos, incluímos e defendemos a au-

tonomia e liberdade de definir livremente a própria sexualidade e orientação sexual.

Neste contexto, alguns comentadores insinuem ou afirmam que o Bloco de Esquerda procura “questões fracturantes” por uma estratégia de afirmação. Ora, essa crítica baseia-se na presunção de que é desejável ou preferível a passividade, o calculismo do mal menor – que tem sido o mal maior de uma esquerda que vive da adaptação – a qualquer conflito transformador. Não é essa a nossa orientação. Pelo contrário, escolhemos o confronto aberto e clarificador sempre que essa causa é necessária, e fazêmo-lo para unificar uma maioria, para começar transformações essenciais mesmo quando incómodas. Mais: fazêmo-lo com vontade de vencer e não para plantar bandeiras de auto-propaganda.

RESOLUÇÃO SOBRE A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO

A reabertura do combate pela despenalização do aborto é assumida pelo Bloco de Esquerda como prioridade, e deve ser claramente colocado à consideração do Parlamento e do país. Ao anunciar a sua disponibilidade para relançar o debate na próxima sessão parlamentar e para agendar uma iniciativa nesse sentido, e ao consultar e procurar o consenso de outras forças políticas e sociais que são parte do campo da despenalização, o Bloco manifesta desde a primeira hora o seu esforço para concretizar uma convergência maioritária que saia vencedora deste combate no país.

Compete ao Grupo Parlamentar escolher, em consulta com a Mesa Nacional, os primeiros passos desta intervenção no âmbito parlamentar. Compete ao Bloco no seu todo promover este debate na sociedade, para que se alicerce o movimento que leve de vencida o conservadorismo e o preconceito.

4.1.3 A LUTA PELO DIREITO DE QUEM NÃO TEM DIREITOS NO TRABALHO

O Bloco quer responder a dois problemas imediatos e fundamentais de quem trabalha: a pre-

cariedade como desemprego disfarçado e vida sem direitos - como no caso flagrante dos despedimentos por maternidade -, e a incapacidade de aplicar a legislação do trabalho e mesmo as decisões dos tribunais em favor dos trabalhadores.

A generalização das formas de precariedade, que abrangem cerca de um quarto do trabalho registado e maioritariamente feminino, e ainda quase todo o trabalho imigrante, tem vindo a marcar a evolução social dos últimos anos. A alteração das regras dos contratos a prazo e a protecção social a todas e todos quantos são vitimados, são por isso combates de urgência.

No mundo do trabalho grassa a impotência face ao incumprimento de qualquer peça da legislação que seja favorável aos trabalhadores e trabalhadoras. Muitas entidades patronais sentem-se à vontade para violar a lei e para cometer todo o tipo de abusos. A verdade é que a inspecção do trabalho e os tribunais respectivos são inoperantes. Alguns autos e sentenças positivas, depois de anos à espera, ficam inaplicados ou são ineficientes. Nas empresas, a proclamação do estado de direito só serve para chamar a polícia quando há uma greve. De resto, na generalidade das empresas maiores ou menores, formais ou informais, o direito fica à porta. Esta é uma trincheira de luta fundamental, onde os sindicatos têm tido dificuldades e onde a esquerda se tem limitado à denúncia.

O Bloco de Esquerda promoverá uma campanha vasta pelo esclarecimento de direitos laborais, incluindo o direito à maternidade e paternidade, o direito à dignidade no local de trabalho, nomeadamente face a situações de assédio sexual. Por isso, o Bloco promoverá o combate e denúncia da lista dos violadores da lei, propondo medidas de processo-crime relativamente às violações mais graves e avançando com um novo ordenamento jurídico para a justiça no trabalho. O governo tem de ser interpelado também nesta área pela cumplicidade com a situação de desregulamentação activa dos direitos dos trabalhadores e abuso de vários direitos humanos.

Esta actividade é fundamental e é complementar da acção em sindicatos e comissões de trabalhadores pelas reivindicações que exprimem a unidade dos seus representados, sejam elas as da redução do horário semanal para 35 horas, aumentos salariais que com-

pensam a inflação e os ganhos de produtividade, condições de segurança e dignidade, prioridade ao crescimento dos salários mais baixos através de aumentos mínimos em valores absolutos, ou ainda as exigências por pensões e reformas condignas.

RESOLUÇÃO SOBRE OS DIREITOS DO TRABALHO E DOS IMIGRANTES

1. O Bloco defende o direito à cidadania no trabalho e nas empresas e incentivará a mais ampla participação nas Comissões de Trabalhadores e nos respectivos processos eleitorais, apoiará movimentos reivindicativos e de defesa dos direitos laborais, assim como o fortalecimento do movimento sindical.

2. Na defesa e promoção do emprego com direitos, a agenda bloquista promoverá a luta pelas 35 horas semanais, sem perda de retribuição.

3. Por direitos iguais para todos no trabalho e na sociedade, o Bloco estará implicado na luta pelos direitos dos imigrantes, nomeadamente pela autorização de residência estável e por um processo extraordinário de regularização extensível a todo o agregado familiar, independentemente de contratos e vistos de trabalho.

4.2. MELHORAR A ACTIVIDADE E A DEMOCRACIA DO BLOCO

Precisamos, para estas prioridades e para a batalha autárquica, de um Bloco mais democrático e vivo, capaz de estimular a participação de todas e de todos os aderentes nas escolhas fundamentais de orientação. Capaz de corrigir e melhorar a sua actuação e de estimular a sua vida interna e aprendizagem colectiva.

Para isso, a Mesa Nacional e os seus organismos executivos são mandatados:

1. para criarem um sistema de informação on line e em suporte papel, regular e aberto.

2. para prosseguirem a experiência

positiva das conferências sectoriais e temáticas como espaços de debate abertos, não restritos a bloquistas.

3. *para se consolidar o desenvolvimento dos Parlamentos Abertos, com prestação de contas d@s deputados e, em geral, para o desenvolvimento dos instrumentos de participação democrática dos aderentes na vida do Bloco, entre as suas Convenções.*

O Bloco está pronto para a batalha. Escolhendo prioridades e definindo objectivos. Depois da Convenção, continuará a intervenção pelos direitos do trabalhador por turnos (agendamento potestativo do grupo parlamentar), pela reforma da saúde (Lei de Bases de Saúde e Lei da Separação entre Público e Privado) e pela preparação dos programas para a nova esquerda nas eleições autárquicas. Continuará esta intervenção nos finais de 2001 e em 2002 com a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e com o desenvolvimento da acção pelas 35 horas e pelos direitos do trabalho.

CAPÍTULO V

O BLOCO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O Bloco de Esquerda candidata-se às eleições autárquicas com um projecto próprio para o poder local, para as metrópoles e para a interioridade. Revaloriza o planeamento urbanístico e os instrumentos da participação para a população, homens e mulheres. Apresenta ideias próprias sobre o financiamento, as competências e a articulação das autarquias locais. Propõe que se valorizem devidamente as incidências ambientais e as consequências sobre o ordenamento do território que decorrem de decisões camarárias e centrais. O Bloco apresentar-se-á nas eleições autárquicas com ideias claras sobre a extinção dos guetos, a requalificação do espaço público, a mobilidade das

pessoas e a democracia urbana.

A democracia urbana e a luta pela qualidade de vida sem exclusões – o objecto do manifesto autárquico, que a Convenção discute em ponto próprio da sua ordem de trabalhos – é uma frente de intervenção importante para o Bloco, não só nem fundamentalmente porque vá ser posta à prova em votos em Dezembro deste ano, mas porque constitui uma referência permanente para as fronteiras da democracia e participação cidadã, e porque é determinante para a expressão de um movimento político que quer dar corpo e voz aos movimentos de cidadania e a uma nova geração de políticas urbanas.

5.1. A PRESENÇA DO BLOCO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O programa identificativo do Bloco de Esquerda, com política própria e não delegável, impõe por isso a escolha da participação eleitoral com listas próprias.

O Bloco chama à colaboração independentes, técnicos, representantes de associações locais, activistas sociais e autarcas. Abre a porta a outras propostas e abre as suas listas a todas e todos que participem do compromisso programático representado pelo “Manifesto Autárquico” que a Convenção analisa em ponto próprio da ordem de trabalhos.

O Bloco de Esquerda tem nas eleições autárquicas a responsabilidade e a oportunidade de chegar perto de muitos(as) cidadãos(ãs). De se identificar e de estruturar vontades locais. De multiplicar os rostos de uma esquerda que tem presenças e compromissos claros, mas não lugares cativos.

Os critérios para a constituição dessas listas são os seguintes:

(a) devem ser constituídas listas do Bloco onde o movimento disponha de capacidade de apresentar programas alternativos consistentes,

(b) é condição para a apresentação dessas listas que sejam protagonizadas por candidatas e candidatos capazes de representar a proposta autárquica do Bloco e que sejam essencialmente compostas por candidatas e candidatos social e politicamente representativos da vida local,

(c) devem essas listas comprometer-se com o Manifesto Autárquico que seja aprovado pela Convenção,

(d) devem essas candidatas e candidatos comprometer-se, em caso de eleição, com o cumprimento do seu mandato na base dos princípios pelos quais foram eleitos e, mesmo que usem a rotatividade entre os elementos da lista, comprometer-se com o empenho no exercício e acompanhamento do mandato,

(e) devem essas candidatas e candidatos comprometer-se com a participação numa associação de autarcas que o Bloco venha a formar, para organizar a cooperação, a troca de informações e o trabalho para uma acção municipal coordenada,

(f) devem essas candidatas e candidatos comprometer-se com os seus eleitores em relação à prestação de contas das suas actividades,

(g) deve a sua actividade estar subordinada ao cumprimento dos objectivos do programa pelo qual foram eleitos, e em função disso excluem-se alianças ou participações em governo municipal que não sejam representativas dos objectivos fundamentais que determinaram a apresentação da candidatura e a sua escolha pelo voto popular.

(h) devem estas listas ser constituídas a partir de um esforço de representação tão expressiva e alargada quanto possível das mulheres e de jovens, tanto na composição quanto nos temas tratados na campanha.

O Bloco de Esquerda constitui em paralelo os programas e as listas para municípios e freguesias. Resulta das suas assembleias e coordenadoras o plano de campanha e de financiamento da actividade eleitoral bem como o ordenamento dos(as) candidatos(as), cujas listas são ratificadas em última instância pela Mesa Nacional, nos termos estatutários. No movimento, deve ponderar-se cuidadosamente cada candidatura à Câmara Municipal, Assembleia de Municipal e Assembleia de Freguesia. Uma vez apresentada, esta não será retirada.

Em suma, o Bloco conta e qualifica a sua política em votos. Exceptuando casos singulares onde esteja em causa o restabelecimento do funcionamento da própria

democracia – como por exemplo em concelhos da Madeira onde o Bloco se associa ao esforço para listas de unidade contra o jardimismo –, a regra é a de candidaturas próprias do BE ou projectos comuns sob a forma de coligação.

5.2. A COERÊNCIA DA ACÇÃO DO BLOCO NAS AUTARQUIAS

Estas são eleições concretas, com dinâmicas locais importantes, embora unidas por uma referência comum no programa, nas características essenciais da actividade do Bloco, e no tipo de intervenção.

O Bloco valoriza as formas de representação que se baseiem numa intervenção activa e permanente das populações, pelos que as suas candidaturas ficam obrigadas a esses compromissos com regras explicitadas de prestação de contas. Estes princípios abrangem todas as listas sem excepção, incluindo as que resultem da convergência com grupos que não pertençam ao Bloco de Esquerda.

Deve-se assinalar ainda que estas eleições não contabilizam todo o universo eleitoral e que, por isso, os seus resultados não são extrapoláveis para uma avaliação da contabilidade eleitoral nacional.

RESOLUÇÃO SOBRE A CAMPANHA AUTÁRQUICA DO BLOCO

1. O Bloco apresentará candidaturas onde disponha de capacidade de concretizar um programa consistente e listas na base de candidatas e candidatos representativos,

2. As candidaturas serão propostas pelos núcleos e aderentes locais, sendo sujeitas a ratificação pela Mesa Nacional nos termos estatutários. À Mesa Nacional, ou em quem esta delegue, compete acompanhar e decidir sobre as excepções à regra da apresentação de candidaturas próprias.

3. Estas candidaturas estão abertas à participação de independentes que queiram

colaborar com o movimento e participar na escolha dos seus programas locais e nacionais para a batalha autárquica,

4. O Bloco realiza reuniões por grandes áreas geográficas, incluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as cidades médias do interior, para preparar os programas e as listas,

5. Os programas autárquicos deverão ser elaborados reflectindo os compromissos resultantes do Manifesto Autárquico, concretizando-os na dimensão local.

[Nota final:

A Assembleia Distrital de Viseu apresentou uma proposta de um novo método de formação da Mesa Nacional que não foi integrado nesta moção. Os proponentes consideraram depois que não se justificava a sua apresentação a voto da Convenção, ressalvado que está o seu direito de apresentarem proposta de alteração aos Estatutos ou outra proposta que vá nesse sentido, em próxima Convenção.

O texto desta Moção de Orientação foi aprovado pela Mesa Nacional com 2 abstenções.]

50 COMPROMISSOS PARA AS AUTARQUIAS 2001

CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA SEM EXCLUSÕES

Candidatos e candidatas às eleições autárquicas de 2001 apresentar-se-ão este ano em listas promovidas ou apoiadas pelo Bloco de Esquerda.

Para lá das plataformas de resposta aos anseios das respectivas populações, eles comprometem-se publicamente com um projecto nacional de gestão autárquica: o de quantos e quantas se reconhecem em estratégias de desenvolvimento sustentável assentes numa cidadania exigente.

UMA CIDADANIA EXIGENTE

1.1. O DESAFIO DA RENOVAÇÃO DO PODER LOCAL

A instituição de um poder local representativo e autónomo da administração central contribuiu para a democratização da vida política e o crescente interesse das populações na resolução dos problemas locais.

Passados 25 anos sobre a instituição desta nova realidade, detectam-se dois estádios nesse processo: primeiro, os municípios preocuparam-se principalmente com obras de infraestrutura, do saneamento básico aos arruamentos, e procederam a inúmeras melhorias quantitativas; só mais tarde, e por influência da obrigatoriedade dos Planos Directores Municipais, começaram a introduzir-se elementos de ordenamento e planeamento do território.

O desafio que hoje se coloca ao Poder Local é o da abertura de uma nova geração de políticas locais e urbanas. Os candidatos e candidatas pelo Bloco de Esquerda querem responder, simultaneamente, aos atrasos estruturais que sobrevivem nas suas terras e confrontar o país com a urgência de novas "Agendas Locais". Elas visam

a promoção de um desenvolvimento sustentável e assumem uma nova relação entre a cidadania e o governo autárquico.

COMPROMISSOS

1. Os candidatos a autarcas pelo BE, sem prejuízo da especificidade local e de diferentes graus de urgência entre necessidades, respondem positivamente ao desafio da simultaneidade: nem atrasos em infraestruturas podem relegar para o futuro políticas que promovam o desenvolvimento sustentável, nem a urgência destas dispensa a conclusão das primeiras, decisivas para as populações mais pobres das cidades e do interior.

2. Os candidatos a autarcas pelo BE respondem positivamente ao desafio do planeamento democrático.

Comprometem-se a envolver as populações na definição das prioridades colectivas, em particular das mulheres e suas organizações, e bater-se-ão por instrumentos de planeamento participado que subordinem os interesses privados a políticas consistentes de ordenamento do território.

3. Os autarcas pelo BE estarão na oposição, discutindo medida a medida, sempre que esta nova geração de políticas locais assim o recomende.

Do mesmo modo, assumirão responsabilidades no governo local sempre que essa seja a vontade expressa nas urnas, ou quando as suas propostas forem, no essencial, convergentes com o projecto autárquico da força que tenha recolhido a maioria dos votos.

1.2. O ESGOTAMENTO DA AGENDA AUTÁRQUICA TRADICIONAL

Não pomos em causa as intenções de milhares e milhares de autarcas por esse país. Muitos fazem o melhor que podem e sabem. Muitos dedicam o melhor das suas vidas ao serviço das respectivas comunidades. Contudo, não é mais possível persistir na avaliação acrítica do trabalho local.

Se as autarquias promoveram inúmeros benefícios, também a elas se devem muitos dos crimes urbanísticos e atentados ao ambiente cometidos nas últimas décadas. Em matéria de ordenamento do território, de cedências à especulação e de insensibilidade cultural, a lista de decisões que hipotecam os direitos das gerações presentes e futuras, é infelizmente muito extensa.

Às autarquias se devem iniciativas e projectos que hoje contribuem para o desenvolvimento económico do território e para a qualidade de vida das populações. Isso é verdade na promoção do emprego, na multiplicação de equipamentos, na qualificação de espaços públicos e até numa nova atenção à qualidade ambiental. Contudo, estas realidades rivalizam, não raro, com outras de sinal contrário, muitas vezes no mesmíssimo conselho e sob responsabilidade dos mesmíssimos autarcas. Isto é particularmente verdadeiro no caso de autarcas que se eternizam no poder gerindo favores e desfavores e abusando da autoridade.

Por outro lado, é também verdade que muitas autarquias revelam uma acentuada insensibilidade pelas questões de género. Não raro, as suas medidas, acções e projectos ignoram a situação ante o emprego e a violência da exclusão social quando ela se abate sobre um grupo maioritário da população - o das mulheres.

COMPROMISSO

4. Os candidatos a autarcas pelo BE entendem a sua acção nos municípios e nas freguesias como uma missão temporária de serviço público.

Em consequência, são favoráveis a um máximo de dois mandatos sequenciais ao nível do executivo municipal.

Chegou o momento de dizer em voz alta o que só alguns repetem em voz baixa: a grande maioria dos projectos autárquicos, independentemente das cores políticas porque se apresentam, encontram-se em fase adiantada de esgotamento.

Esta situação é preocupante. As políticas urbanas têm de responder a novos problemas num contexto cultural onde os valores do «novo riquismo» e do individualismo pesam. Os autarcas portugueses, se acumularam um imenso saber-fazer, são em regra vulneráveis a ideias de «progresso» tributárias de um tempo onde a quantidade de obra constituía a medida de qualidade de uma política. O deslumbre pela construção em altura, a submissão da mobilidade urbana ao automóvel ou os atrasos em matéria ambiental, aí estão para o provar. Construir uma alternativa a esta geração de políticas exige tempo, capacidade de diálogo e aposta forte na formação de autarcas.

Compromissos

5. O Bloco de Esquerda promoverá, com regularidade, acções de formação e debate sobre os problemas do desenvolvimento e da gestão local.

6. O Bloco de Esquerda reclama do Instituto Nacional de Administração e do CEFA uma política séria e inovadora para a formação de autarcas e técnicos municipais, que não seja um catálogo de utilidades práticas ou um somatório de saberes teóricos, mas também uma placa giratória de experiências e projectos de desenvolvimento.

1.3. O IMPULSO DA EXIGÊNCIA CIDADÃ

Muitos apontam a ausência de proximidade entre eleito e eleitor como causa da abstenção. O argumento não resiste aos factos. Os portu-
gue-

ses votam mais para as legislativas, em seguida para as presidenciais e só depois para as autárquicas e para as europeias. Este ordenamento do voto indica que, apesar da tendência geral para o desinteresse sobre a «coisa pública», os portugueses votam mais sempre que pensam que esse voto conta para as suas vidas.

Se a proximidade entre eleito e eleitor não é critério decisivo para o voto, já o modo como se exerce o poder local é determinante para abater o muro de desconfiança que hoje se ergue entre eleitos e eleitores.

O fenómeno abstencionista é apenas uma das dimensões do desinteresse e da desconfiança. A sensação de que os eleitos não sabem ouvir, de que as opiniões diferentes e os protestos caem em saco roto, e de que nos eleitos mandam, afinal, os poderes fortes, são o outro lado da moeda da crise de participação cidadã.

Queremos inverter a espiral do desinteresse questionando os modos do exercício do poder autárquico. Opomos ao presidencialismo municipal, uma lógica participativa. Opomos à decisão discricionária e casuística, o desenvolvimento de metodologias democráticas de decisão, nomeadamente quando se preparam os orçamentos e planos de actividade. Queremos uma maior participação das mulheres nas autarquias não só em listas, como na aproximação dos programas autárquicos às suas necessidades mais sentidas. E queremos dotar de poderes legais efectivos, os movimentos de cidadãos pela resolução de problemas concretos.

COMPROMISSOS

7. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem Planos de Actividade e Orçamentos com envolvimento directo das populações.

Entre Abril e Setembro de cada ano, os cidadãos deverão pronunciar-se sobre as prioridades de obra e intervenção de proximidade, levando a Orçamentos que não sejam meras «listas de mercearia» negociadas entre vereadores.

Do mesmo modo, devem debater-se descentralizadamente as opções que modelam o desenvolvimento de médio prazo em cada concelho e os projectos em que este se deve ancorar.

8. Os candidatos a autarcas pelo BE são

favoráveis à criação de Planos para a Igualdade, transversais às políticas municipais, e construídos com a participação das mulheres e de ONGs de Direitos das Mulheres.

9. Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam políticas de informação municipal que se constituam em factores de controlo da população sobre os compromissos assumidos pela autarquia, e sobre projectos em fase de apreciação pública.

Ao mesmo tempo, opõem-se a participações municipais em órgãos de comunicação social (nomeadamente nas redes radiofónica e de cabo), sendo favoráveis ao apoio contratualizado a projectos de informação independente.

10. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem a criação de uma rede de sítios, em articulação com a rede autárquica, que impulsione a cidadania através da produção e circulação da informação e da dinamização do debate público sobre as questões de interesse local.

11. Os candidatos a autarcas pelo BE propõem a generalização da figura do Provedor do Cidadão. Eleito em Assembleia Municipal, deverá reunir regularmente com o Presidente da Câmara e dirigir-se directamente aos diferentes serviços municipais, garantindo respostas aos cidadãos e cidadãs em tempo útil.

12. Os candidatos a autarcas pelo BE bater-se-ão por Observatórios de avaliação do trabalho autárquico, independentes da autarquia e que envolvam instituições e movimentos associativos locais.

13. Os candidatos a autarcas pelo BE entendem que a lei não pode continuar a permitir que providencias cautelares favoráveis a causas de cidadãos contra autarquias, sejam torneadas sob o argumento da “provisoriidade” da solução que se contesta.

Em contrapartida deste novo direito suspensório, somos favoráveis a mecanismos judiciais expeditos sobre as matérias de causa em apreço.

14. Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam que a discussão pública das linhas orientadoras dos PDM não são uma formalidade legal mas um momento privilegiado de

auscultação de alternativas e diálogo entre técnicos e populações.

Ao mesmo tempo, consideram que incumbe aos municípios promover o debate contraditório, se necessário recorrendo a programas alternativos, ao nível da elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

15. Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis ao debate público entre alternativas de projectos que marcam a paisagem urbana e sustentam que compete aos municípios a sua promoção.

A realização de referendos locais justifica-se sempre que correspondam a movimentos reais de participação, debate e vontade cidadã.

1.4. PROBLEMAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A participação é inseparável do direito dos cidadãos a uma administração moderna, mais racional e adaptada aos ritmos e condicionantes da vida urbana. Sem esta condição, a primeira ficará sempre amputada de boa parte da sua eficácia.

1.4.1 O MAPA ADMINISTRATIVO

Entre a ideia acima referida e o mapa administrativo do país existe um óbvio divórcio. A nossa organização administrativa é herdeira de uma reforma de 1834 e de um Código de 1870. As alterações demográficas e económicas entretanto registadas foram brutais. O mesmo se poderá dizer do sistema de competências, nomeadamente após o 25 de Abril. Finalmente, o processo de integração na União Europeia colocou novas questões sobre a definição de prioridades de investimento em escala nacional e regional, para as quais as populações não foram minimamente auscultadas. Do desajustamento entre o mapa e as realidades vêm surgindo, nas últimas duas décadas, tensões evidentes.

A principal colocou-se em torno da regionalização do país e saldou-se num referendo que rejeitou a proposta que estava em cima da mesa. Esse referendo foi válido e não será o Bloco a recolocar a questão. Mas, entretanto, subsiste a questão: como garantir que as políticas que envolvem planeamento e decisão de âmbito regional possam ser controladas pelos seus mais di-

rectos interessados? O Bloco de Esquerda sustenta que as soluções devem, a este respeito, ser claras. A experiência de partilha de responsabilidades entre diferentes níveis de administração não tem, em geral, sido bem sucedida. Soluções de responsabilidade partilhada conduzem, não raro, a ineficiências, diluição de responsabilidades, compadrios e negócios por debaixo da mesa. Na ausência de regionalização entendemos que as entidades regionais são extensões do governo central, ainda que possam ver melhorada a sua capacidade de articulação inter-sectorial. Esta posição não obsta, bem pelo contrário, que a Administração central contratualize com as Juntas metropolitanas e associações voluntárias de municípios os envelopes de investimento e competências políticas para a sua administração.

Uma outra expressão do desfasamento entre o mapa e as novas homogeneidades geradas por décadas de crescimento económico e urbano fortemente desigual, tem sido o razoável número de freguesias que, na última década, reclama a sua passagem a concelho. Nestes movimentos encontram-se bons e maus argumentos. Nuns casos, a responsabilidade incumbe quase por inteiro a municípios que discriminam partes do seu próprio território, levando a movimentos de separação que encontram no passado legitimidades para soluções de restauração. Noutros, é a própria riqueza relativa da freguesia que leva os poderes locais a promover fenómenos de egoísmo social – porque contribuir para os vizinhos? Sem prejuízo de uma análise caso a caso, o que esta tendência acentua é a necessidade de um novo ordenamento administrativo do território.

COMPROMISSOS

16. Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis a lógicas de associação voluntária de municípios e à contratualização com a administração central de recursos e competências em escala regional.

17. Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam que as Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto se assumam, de facto, como autoridades metropolitanas em domínios de actuação que só a essa escala territorial faz sentido.

18. O Bloco de Esquerda é favorável a uma reforma administrativa do território, como condição necessária para uma divisão admi-

nistrativa mais equilibrada do país, que obvie à pulverização territorial dos concelhos sob pressão de casuísmos localistas.

Enquanto esta reforma não existir, os candidatos a autarcas pelo BE poderão apoiar, ou não, movimentos de criação de novos concelhos, de acordo com uma avaliação crítica das razões que os sustentam.

1.4.2. A CONTRA-REFORMA AUTÁRQUICA

Socialistas e sociais democratas avançaram recentemente com projectos que visam acabar com a proporcionalidade nos executivos municipais e, simultaneamente, proceder a um único acto eleitoral para a câmara e a assembleia municipal. O projecto do PS é particularmente gravoso das condições democráticas do exercício do poder local porque, além de executivos monocolores, inviabiliza qualquer fiscalização séria por parte da Assembleia Municipal e transfere o grosso dos poderes para um presidente de câmara que só com dois terços dos votos dos deputados municipais poderá ser demitido.

Esta operação «encalhou» no parlamento, sob o fogo de uma opinião pública escandalizada. Mas deste facto não se pode retirar que a ideia tenha sido abandonada. Ela integra-se numa operação mais vasta de contra-reforma do regime com o objectivo de forçar a bipartidarização do sistema político – há muito PS e PSD vêm procurando um acordo para a alteração da lei que regula as eleições parlamentares.

COMPROMISSO

19. O Bloco de Esquerda solicita ao PR o uso do veto político contra qualquer solução que diminua as garantias democráticas no exercício do poder local.

O Bloco de Esquerda bater-se-à, em sede parlamentar, pelo reforço dos poderes das assembleias municipais, designadamente o da alteração dos orçamentos e planos de actividade.

20. O Bloco de Esquerda considera uma mais-valia democrática a possibilidade de listas de cidadãos se apresentarem a qualquer órgão autárquico e de, em conformidade, se alterar a lei do financiamento das campanhas eleitorais, segundo um critério de financiamento por lista.

1.4.3. ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA

A multiplicação de institutos, fundações, empresas municipais e privatizações de serviços municipais é hoje um facto relevante da realidade municipal. O cenário, a este nível, é seguramente muito pior do que o descoberto, ainda há pouco, na administração central.

Esgrimindo com dificuldades legais que se colocam à circulação do dinheiro público, muitos autarcas procuraram soluções para melhorar a operacionalidade da resposta municipal neste ou naquele pelouro, recorrendo a variantes como as descritas. Há, entre elas, muitas que se justificam. Mas é nossa convicção que se foi longe demais nas ramificações periféricas do poder local e que um freio tem que ser posto a esta via de facilidade. Atalhos e formas enviesadas de garantir lugares de confiança para amizades políticas e jogos de influência local são particularmente escandalosos no uso da figura jurídica das fundações.

COMPROMISSOS

21. O Bloco de Esquerda é favorável à realização, com carácter de urgência, de um rastreio ao universo de institutos, fundações, associações, empresas municipais e concessões privadas de exploração impulsionadas pelas autarquias.

22. O Bloco de Esquerda manifesta a sua disponibilidade para estudar alterações nos procedimentos financeiros em vigor, sem perda de garantias de fiscalização pelo Tribunal de Contas.

23. Os candidatos a autarcas pelo BE defenderão o encerramento de todas as soluções municipais – empresas, institutos ou fundações – que se afastem do princípio segundo o qual a optimização dos recursos deve ser encontrada no âmbito dos serviços e só em última instância na sua periferia.

24. Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam a participação de associações e representantes dos utentes na definição e fiscalização das obrigações e padrões de qualidade das empresas que prestam serviços municipais, independentemente da forma de propriedade ou exploração.

1.4.4. FINANÇAS LOCAIS E ALARGAMENTO DE COMPETÊNCIAS

A aceleração da urbanização e o agravamento das desigualdades sociais obriga as autarquias a um papel cada vez mais interveniente em matéria de melhoria da qualidade de vida das populações. O BE é, por isso, favorável à descentralização de competências e recursos a nível da prestação de serviços sociais e no combate à exclusão social. A proximidade das populações e das situações concretas propicia maior controlo de qualidade, uma regulação menos hierárquica, maior envolvimento da sociedade e respostas mais rápidas e ajustadas aos problemas.

Os autarcas dizem que a elevação da exigência das populações e o alargamento das competências está a crescer mais rapidamente do que o volume de transferências da administração central para a administração local, e têm razão. Mas este capital de queixa face à administração central não deve adiar a opção por um Estado de proximidade. Por exemplo, o governo decidiu propor a transferência de responsabilidade sobre os equipamentos e pessoal auxiliar do ensino secundário para os municípios. Estes estão a reagir com prudência a tal iniciativa – sabem como este tipo de decisões gera sempre mais despesas do que as previstas pela administração central. Compreendendo as razões da prudência, o BE considera no entanto que a descentralização abre caminho a uma aposta que não pode deixar de ter resposta positiva.

Esta não é a única questão que se prende com o actual sistema de financiamento dos municípios. Estes, para fazerem as obras de que o concelho carece, precisam de receitas próprias, para lá das proporcionadas pelo Fundo Geral Municipal. Essas receitas decorrem, todas elas, de uma lógica densificadora. Nem o próprio Fundo, que pondera várias grandezas, escapa a tal lei. Isto significa que a afectação de território a usos especiais representa, objectivamente, uma perda de receita. Enquanto esta lógica não for alterada em benefício de ordenamentos que protejam a natureza, os autarcas disporão sempre de excelentes desculpas para continuarem a betonizar os territórios por que respondem.

Acresce a este quadro uma injustiça suplementar: os equipamentos e imóveis do Estado estão isentos de contribuição autárquica. Esta reali-

dade é particularmente grave na região metropolitana de Lisboa, onde o solo é escasso e se encontra sujeito a fortíssimas tensões especulativas.

COMPROMISSO

25. O Bloco de Esquerda apresentará, na AR, propostas para a alteração dos critérios financeiros que incrementam e auto-justificam as políticas do betão, em detrimento de políticas de promoção da qualidade de vida e do ambiente.

26. Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis à descentralização de competências da administração central para as autarquias – com garantia dos recursos financeiros indispensáveis e dos direitos dos trabalhadores –, em particular das que incidam sobre a prestação de serviços sociais e educativos.

1.4.6. ATENDIMENTO PÚBLICO E SIMPLIFICAÇÃO DA BUROCRACIA

As alterações registadas nos ritmos pendulares de vida nas metrópoles, decorrentes da distancia entre casa e trabalho, dificultam o acesso aos serviços municipais de atendimento apenas em horas de expediente normal. Também neste domínio é indispensável inovar: a informatização em função das necessidades dos cidadãos deve ser uma prioridade dos municípios; a concentração de serviços em equipamentos de proximidade é outra das vias a explorar; a simplificação das rotinas administrativas é outra das vertentes, o que implica maiores responsabilidades políticas das freguesias; finalmente, é indispensável encarar formas de organização do trabalho que, não hipotecando direitos adquiridos nem recorrendo a horas extraordinárias, aumentem a liberdade de escolha de cada trabalhador entre diferentes modalidades de horário.

A batalha pela qualidade dos serviços públicos de atendimento exige maior proximidade e, muitas vezes, horários alargados.

COMPROMISSO

27. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem, nomeadamente nas maiores concentrações urbanas, a formação de gabinetes técnicos locais multidisciplinares responden-

do ante as freguesias, e ao abrigo de contratos de transferência de recursos e responsabilidades que estas, voluntariamente, estabeleçam com o seu município.

28. Os candidatos a autarcas pelo BE comprometem-se com a defesa dos serviços públicos municipais e na batalha contra a burocracia. Consideram que a qualidade, na óptica do utente, passa pela inovação das soluções organizativas desses serviços, a encontrar em diálogo com quem neles trabalha.

1.4.6. FISCALIZAÇÃO, UMA BATALHA DA ESQUERDA

Se há domínio gerador da desconfiança dos cidadãos face aos órgãos de governo local, esse é o da carência de fiscalização. Existe a ideia feita, muitas vezes verificada, de que os fiscais fazem vista grossa aos ilícitos de uns com o mesmo a vontade com que operam severamente sobre outros, alimentando redes de pequena corrupção e incidindo o seu poder sobre os mais fracos.

Sabe-se igualmente que o número de fiscais nos municípios está muito longe de assegurar uma correcta fiscalização sobre os padrões de qualidade exigíveis em obra pública ou privada. E que não existe qualquer fiscalização em domínios onde ela já deveria ser bem severa – em todas as áreas que se relacionam com o ambiente, a higiene e a saúde públicas.

COMPROMISSO

29. Os autarcas pelo Bloco de Esquerda consideram que a fiscalização e uma prioridade na luta pela transparência e a isenção e pela elevação dos padrões de qualidade na construção ou na prestação de serviços com consequências sobre o ambiente e a saúde públicas.

QUALIDADE DE VIDA SEM EXCLUSÕES

2.1. A REVOLUÇÃO URBANA

Nas últimas décadas, a litoralização do país aumentou exponencialmente, existindo hoje vastíssimos territórios do interior sujeitos a uma drástica desertificação humana. Neste processo, as cidades cresceram e os campos despovoaram-se. E numas e noutros, as populações envelhecem duplamente – nascem menos pessoas e vive-se mais tempo. Onde antes existiam cidades e vilas unidas por estradas e caminhos emergiram duas áreas metropolitanas e uma estreita faixa litoral fortemente urbanizada.

Esta enorme transformação não trouxe apenas novos problemas – de mobilidade entre a casa e o emprego, de qualidade da habitação e espaço público, ou de organização dos novos territórios conquistados pelo betão. Trouxe também formas novas de pobreza, umas associadas à precarização do trabalho, outras à feminização da pobreza e à desgraçada qualidade de vida oferecida pelas periferias, ou ainda às que decorrem da discriminação racial e cultural. E em particular na última década, a história das nossas cidades passou a ser em boa medida escrita por pelos trabalhadores imigrantes vindos dos países do Sul e do Leste europeu. São eles que, em precárias condições, estão a contribuir decisivamente para a reconfiguração espacial e social das cidades portuguesas.

Nesta transformação também se geraram oportunidades – nomeadamente as proporcionadas pelo alargamento da rede dos serviços sociais, educativos, culturais e de infraestruturas que, após o 25 de Abril, sofreram um forte impulso. Eles estão longe do que deveriam ser, mas contribuem, e de que maneira, para que a vida não seja um inferno.

No quadro desta revolução urbana, a formulação de políticas municipais que tanto sirvam metrópoles como as de Lisboa ou do Porto, cida-

des médias como Évora ou Viseu, ou municípios rurais do interior desertificado, é forçosamente muito limitada. Reconhecendo este facto, o presente Manifesto formula propostas e respostas para os grandes conflitos que atravessam a moderna vida urbana. É deles que partimos para a formulação de políticas para as autarquias.

2.2. O CONFLITO ENTRE CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA VIDA URBANA

O crescimento das últimas décadas impõe um entendimento claro dos seus limites. Alargou-se a contradição entre o direito de propriedade e o direito de edificação. Um desenvolvimento que se queira sustentável deve subordinar o mercado imobiliário e a construção particular às regras de um ordenamento do território definido pelo interesse colectivo. O combate à especulação passa por aqui. E os direitos das gerações futuras a territórios habitáveis e à Natureza também.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais é indispensável promover políticas que invertam a tendência para a desertificação humana e atraiam novas energias, serviços e actividades qualificadas, nos metropolitanos é necessária uma enorme coragem política para travar a expansão urbana e avançar na requalificação do edificado existente. O que em ambos os casos está em causa é a construção de parâmetros de qualidade de vida a que todos, sem excepção, devem ter direito.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais a sua principal actividade, a agricultura, vem sendo sistematicamente destruída por uma Política Agrícola Comum que favorece as economias do centro da Europa, nas cidades a crise industrial deu lugar à instalação desordenada de serviços e à multiplicação de deseconomias energéticas e ambientais que comprometem o futuro.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais o progresso se tem identificado, não raro, com soluções arquitectónicas que anulam diferenças e identidades que poderiam ser valorizadoras da terra, nas cidades impera o gosto pela construção em altura e o esbanjamento de recursos energéticos. Num e noutro caso, o «progresso» arrasa a paisagem e esmaga a qualidade de vida.

COMPROMISSOS

30. O Bloco de Esquerda levará ao Par-

lamento medidas legislativas que aumentem a capacidade de intervenção dos municípios na regulação do mercado dos solos urbanos, privilegiando o interesse comum face à especulação fundiária e imobiliária e aumentando a possibilidade de políticas sociais na área da habitação.

31. Os candidatos a autarcas pelo BE reclamam para as suas terras uma nova geração de políticas locais valorizadora da dimensão ecológica do desenvolvimento.

Somos favoráveis ao aumento equilibrado de competências e recursos para as autarquias nas áreas ambientais, de defesa do património e do ordenamento do território. Neste contexto, o BE exige a regulamentação urgente da Lei de Bases do Ordenamento do Território.

32. Os candidatos a autarcas pelo BE batem-se por «Agendas Locais» com acções e parcerias calendarizadas que expressem o compromisso entre as diferentes gerações pela sustentabilidade do desenvolvimento.

2.3. O CONFLITO EM REDOR DA QUALIDADE DE VIDA

A cidade é o território onde a desigualdade mais se evidencia em toda a sua violência. Na cidade tem mais voz o detentor de terrenos, casas e empresas do que os que apenas têm de seu a força de trabalho. Na cidade pouco se ouvem os que vivem isolados, os mais idosos ou as crianças. Nas nossas cidades os imigrantes erguem as obras do orgulho colectivo, mas a sua vida acontece nas traseiras desse brilho, tantas vezes sem lei que os proteja ou direito a habitação condigna.

Em geral as políticas de habitação da esquerda tiveram como preocupação, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, realojar em bairros sociais as populações que viviam em barracas e casas ultra degradadas. Ainda hoje essa é a política corrente e sobre ela é necessária a coragem de uma avaliação crítica. A maioria dos realojamentos fez-se longe dos lugares onde antes se haviam estabelecido laços de vizinhança e partilha das dificuldades. Na maioria dos casos os realojamentos reproduziram, sob betão, a guetização antes existente. As pessoas ganharam casa – e proporcionando-lhes

outro conforto – mas perderam a vida de bairro. Os novos blocos puseram fim às ruelas, alteraram hábitos e costumes, desenraizaram e, invariavelmente, estão sub-equipados. As casas são ótimas para quem antes as não tinha. Mas a vida, essa não melhorou.

Uma nova geração de políticas urbanas, que dê dimensão social e comunitária à política de habitação tem ainda de ter em conta a questão multicultural. O aumento do número de emigrantes e a multiplicação das suas origens coloca problemas novos de identidade urbana. O Bloco de Esquerda pronuncia-se em favor da cidade como espaço de cruzamento de culturas, no respeito pelas identidades culturais e valores da cidadania.

Ao mesmo tempo que Portugal tem sido incapaz de resolver, com qualidade, o problema do realojamento dos mais pobres, continua-se a construir muito para lá das necessidades e, quase sempre, secundarizando a criação de estruturas de apoio ao quotidiano das cidadãs e cidadãos, em termos de serviços de proximidade (apoio a idosos, crianças, refeições rápidas, lavandarias) que aliviem as rotinas domésticas e possibilitem outra gestão do tempo para a participação e o lazer.

A produção de habitação em Portugal, além de tudo isto, das menos eficientes de toda a Europa. Tem custos dos mais elevados, permite lucros acima do socialmente aceitável face ao rendimento médio das famílias portuguesas, não responde às necessidades da maioria e deixa de lado o enorme parque habitacional existente que, com menores ou maiores intervenções, poderia ser reutilizado. À reabilitação de fogos e edifícios devolutos, prefere-se a irracionalidade de construir sempre novo alargando os já de si enormes perímetros urbanos. Esta situação é particularmente gravosa nas áreas metropolitanas, onde os centros consolidados vêm a sua população envelhecer e de onde os jovens continuam, por ausência de alternativas, a serem expulsos para as periferias.

Portugal consome duas vezes mais cimento por habitante que a média comunitária, e quatro vezes mais do que a média americana. E, no entanto, os parâmetros de qualidade deixam tudo a desejar. A produção de nova habitação essencialmente para venda, negligenciando o arrendamento e a reabilitação, deixa de fora a procura incapaz de suportar as prestações dos emprésti-

mos. Relançar o arrendamento e promover a reutilização do parque habitacional existente, são por isso prioridades incontornáveis de quantos e quantas consideram que a qualidade não pode ser um exclusivo de classe, mas um direito fundamental também para os mais pobres.

Na vida da cidade não há nunca uma só prioridade. Ela é sempre suficientemente contraditória e variada para que a política se obrigue à simultaneidade. Mas a urgência social tem que estar no centro das políticas locais. A criação de políticas sociais locais, não desresponsabilizando o governo nesta área, transformam-se, assim, numa prioridade dos planos e orçamentos municipais e são indissociáveis das políticas de habitação e espaço público.

COMPROMISSOS

33. O Bloco de Esquerda insiste na urgência das suas propostas fiscais, que castigam duramente quantos retenham casas devolutas. Ao mesmo tempo, afirma a sua disponibilidade para apoiar programas de incentivo à reabilitação de fogos de senhorios e inquilinos pobres.

34. Os candidatos autarcas pelo BE apostam na requalificação dos bairros e serão fortemente restritivos de soluções assentes na expansão urbana. Sustentam que as câmaras se substituam, se necessário, aos proprietários nas obras e que a legislação neste domínio seja revista em ordem a garantir este objectivo. Ao mesmo tempo, são favoráveis a parcerias com promotores e senhorios para desenvolver o mercado de arrendamento a preços controlados.

35. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem a alienação dos parques municipais de habitação, desde que seja salvaguardado o direito de preferência da câmara em caso de revenda e ao preço actualizado da venda anterior.

36. Os autarcas pelo Bloco de Esquerda são ainda favoráveis a programas de reemparcelamento dos fogos em colaboração com os proprietários, ao desenvolvimento da indústria de restauro e de reconstrução, bem como a programas que incentivem os mais jovens na aquisição ou aluguer de casas nos

centros históricos das cidades.

37. Os eleitos do BE nas Juntas de Freguesia comprometem-se a dinamizar acções de informação e apoio às pessoas de idade mais avançada, aos deficientes e àqueles que possuem menor grau de instrução, no sentido de os auxiliar por todas as formas a usufruírem dos diferentes programas já existentes ou que venham a existir.

38. Os candidatos a autarcas pelo BE, no caso de novas urbanizações, favorecerão programas participados pelas populações, em direcção a soluções de escala humana que privilegiem o espaço público, equipamentos de vizinhança e serviços de proximidade, geradores de dinâmicas de bairro e emprego social. Neste particular, manifestam o seu empenho na dinamização do cooperativismo, da auto-construção e da simplificação dos processos burocráticos.

2.4. O CONFLITO ENTRE AS POSSIBILIDADES E AS NECESSIDADES DE DESLOCAÇÃO

Em Portugal a taxa de motorização da população (número de viaturas por habitante) tem vindo a aumentar e ainda não atingiu a média europeia. Isto significa que, por alguns anos, continuará ainda a crescer.

Esta nova realidade tem absorvido grande parte do investimento do Estado e das autarquias. Fazer obra pública em Portugal tem significado, em boa medida, construir auto-estradas, acessos radiais, pontes e desnivelamentos, alargamento de avenidas e parques de estacionamento no interior das cidades.

A estratégia de resposta pública é paradoxal: por um lado, o volume de obra, por intenso que seja, corre sempre atrás do crescimento da taxa de motorização. Na melhor das hipóteses, evita níveis de saturação intoleráveis do tráfego. Por outro lado, a melhoria das condições de circulação e estacionamento tem um efeito perverso: faz com que cada vez mais viaturas cheguem aos centros das áreas metropolitanas. Na verdade, a velocidade de circulação, que se mede em tempo de deslocação, não melhora. E todos os que não usam o automóvel nas suas deslocações saem duplamente prejudicados porque a eficácia dos transportes colectivos depende muito da sua prioridade e rapidez.

A política de correr atrás da taxa de motorização tem ainda outra consequência: agrava os problemas ambientais e energéticos do país, bem como os níveis de stress na vida urbana. A política de esquerda deve, por tudo isto, ter a coragem de romper este ciclo vicioso, em particular nas autarquias das áreas metropolitanas.

COMPROMISSOS

39. Os candidatos a autarcas pelo BE querem assegurar uma mobilidade efectiva a quantos necessitem de se deslocar, através de uma boa rede de transportes colectivos e de uma utilização mais racional do automóvel.

40. Os candidatos a autarcas pelo BE querem diminuir as necessidades de motorização das deslocações, desenvolvendo para tal um urbanismo de proximidade, evitando a dispersão urbana, controlando a localização dos usos do solo mais dependentes do automóvel, favorecendo os modos de transporte suaves e amigáveis do ambiente.

41. Os candidatos a autarcas pelo BE batem-se por uma efectiva articulação entre modos de transporte, tanto públicos como privados e são favoráveis a autoridades metropolitanas de transportes que garantam as prioridades de investimento e o conjunto das políticas de integração funcional e tarifária nas áreas metropolitanas

42. Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam a existência de vias pedonais, sem tráfego, que incluam espaços de lazer e convivência, nos centros da cidade, impedindo aí que o espaço público seja monopolizado pela presença do automóvel.

43. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem que as políticas de estacionamento e respectivas tarifas se encarem como instrumento da gestão da procura de transporte. Estacionamento em quantidade e barato onde o transporte individual liga com o colectivo ou modos suaves; escasso e caro onde importa reduzir drasticamente o peso do automóvel em nome do direito à mobilidade de todos.

44. Finalmente, o BE apoia medidas para uma fiscalidade local ambiental em relação à utilização menos correcta do transporte motorizado nas cidades. E do mesmo modo é favo-

rável ao investimento e/ou apoio público aos modos de transporte menos poluentes.

2.5. O CONFLITO ENTRE INSEGURANÇA E DIREITO À CIDADE

Não há lugares completamente seguros e o melhor é começar por o reconhecer. Dito isto, é verdade que hoje a insegurança e o medo atacam os fundamentos da cidadania. Com medo, as pessoas encontram-se menos. Com medo, as pessoas saem menos e com isso aumenta a própria insegurança nas ruas. E com medo, as pessoas ficam mais sensíveis a propostas autoritárias.

Deve em segundo lugar dizer-se que a segurança policial é uma área de responsabilidade do governo e da administração central. O Bloco de Esquerda será sempre contrário a que políticas que envolvem a responsabilidade por direitos e garantias dos cidadãos possam ser transferidas para a esfera local. As responsabilidades autárquicas com a segurança envolvem o ataque às causas da criminalidade por via social, a intervenção em domínios como os da iluminação pública, da vida nocturna, da segurança rodoviária e da limpeza que, tendo incidência na imagem das cidades, influem na sua segurança e convivialidade.

Importa diagnosticar com precisão as tendências mais recentes:

Pela primeira vez e de forma durável, a sensação de insegurança, nomeadamente dos mais idosos e indefesos, é explicável não tanto pelo aumento da criminalidade mas pela ideia de que a criminalidade está a crescer explosivamente. Por outras palavras, a insegurança que se sente nas metrópoles portuguesas é, em muito, provocada por uma ideia e uma imagem difusa de permanente insegurança.

Este fenómeno não deve ser social e culturalmente menosprezado. Ele resulta de uma tenaz entre a abordagem sensacionalista do crime pela generalidade da comunicação social e a demagogia e o populismo da direita política que, no limite, gostaria de ter um polícia por cada cidadão. O primeiro dirigente político a atear a fogueira securitária foi António Guterres e então ela dirigia-se à «incompetência» do cavaquismo. Hoje, os aprendizes de feiticeiro estão a pagar a factura da irresponsabilidade de ontem. Independentemente deste facto, a verdade é que o combate ao sentimento de insegurança não passa apenas por uma panóplia de medidas políticas aos di-

ferentes níveis da administração pública. Este combate tem que envolver a sociedade e em particular os profissionais dos media. O país teria tudo a ganhar com uma comunicação social que neste domínio fosse capaz de interpretar correctamente o seu papel de serviço público e se dispusesse a avançar em direcção a um pacto auto-regulador das abordagens informativas da criminalidade.

Uma política municipal de segurança deve ter em especial conta que a criminalidade não esgota as razões de insegurança. Ela deve dar a devida atenção ao crime rodoviário, principal causa de morte no país; tem que levar em atenção a violência no espaço doméstico, que atinge sobretudo mulheres e crianças e encontrar soluções preventivas e de protecção; precisa de intervir seriamente sobre a fiscalização da restauração e da qualidade dos alimentos; não deve menosprezar a importância da iluminação, do tratamento dos espaços e do mobiliário urbano e dos critérios claros a que deve presidir uma cidade que se queira aberta, ou seja, susceptível de ser fruída por deficientes, idosos e crianças. E, obviamente, tem que atacar os principais factores que estão na origem das mais recentes formas de criminalidade.

A verdade é que nas metrópoles, nas cidades médias e nas mais pequenas, o crescimento da toxicod dependência transformou-se no principal factor do aumento sustentado dos assaltos e roubos por esticção. Esta é a manifestação recente da mais ancestral das causas da criminalidade: a necessidade que decorre da exclusão, da marginalidade e do contacto quotidiano com o sub-mundo do crime organizado. Inverter as políticas de combate à toxicod dependência é uma prioridade absoluta do país por razões de saúde pública e também por razões de combate à insegurança urbana.

A toxicod dependência de heroína e cocaína é hoje um fenómeno social complexo que, por se ter desenvolvido em condições de ilegalidade, se mistura com outras exclusões. Se o consumo não distingue entre ricos, pobres ou remediados, já o armazenamento, a distribuição e venda se concentram em territórios de pobreza, ausência de infraestruturas e espaços públicos de qualidade, e habitação provisória ou degradada. Uma política de esquerda pela segurança e pelo direito à cidadania prioriza o ataque às causas que originam a criminalidade e tem, por isso, um claro sentido social na definição das prioridades – acabar com as barracas, superar os modelos de habitação so-

cial existentes no país, investir fortemente na requalificação física e humana dos bairros degradados são políticas que vão às raízes. E nestas as autarquias têm uma pesada responsabilidade.

Do mesmo modo, as autarquias devem ter um papel relevante na aplicação das possibilidades abertas pela recente legislação sobre toxicod dependência. Ela não esgota o campo das políticas necessárias – nomeadamente a separação dos mercados entre «leves» e «duras», legalizando o primeiro, e o lançamento, onde se justifique, de programas experimentais de distribuição, sob prescrição médica, de heroína a heroínómanos crónicos – mas abre um imenso campo de iniciativa que não pode ser menosprezado.

COMPROMISSOS

45. O BE defenderá no Parlamento o lançamento de um novo programa nacional do tipo Polis, desta vez direccionado para as áreas suburbanas mais críticas e para a desguetização dos territórios de maior segregação. Este programa deverá articular diferentes valências sociais, da habitação e espaços públicos, à gama de serviços de proximidade e equipamentos, tendo particular atenção à criação de emprego de proximidade para os mais novos e ocupações para os mais idosos.

46. Os candidatos a autarcas pelo BE defendem o conceito de policiamento de proximidade, com capacidade de intervenção nas problemáticas com maior impacte na segurança dos cidadãos, em particular nas zonas de risco, e com particular atenção a intervenções dissuasoras e preventivas.

47. Os candidatos a autarcas pelo BE consideram que essa capacidade de intervenção é indissociável de uma elevada formação para a cidadania, e por isso denunciarão as arbitrariedades e abusos que sejam cometidos por forças policiais no desempenho das suas funções. Porque quem não deve não teme, a videovigilância nas esquadras é um instrumento de prevenção de eventuais abusos.

48. Os autarcas pelo Bloco de Esquerda defendem o envolvimento das autarquias nas políticas de diminuição de riscos: manifestam a sua concordância com a separação de mercados entre drogas leves e duras, as políticas

de substituição de drogas, as casas de chuto e o lançamento de programas experimentais de distribuição de heroína sob controlo do Estado e prescrição médica.

49. Os candidatos a autarcas pelo BE avaliam positivamente a existência de mediadores sociais e de saúde, que estejam em contacto e articulação permanente com grupos de maior risco e desempenhem um papel formativo na relação com as forças de segurança locais.

50. Os candidatos a autarcas pelo BE propõem, sempre que necessário, a criação de comissões de acompanhamento da segurança pela comunidade, ao nível de freguesia e à semelhança dos actuais conselhos municipais de segurança. Estas comissões devem envolver responsáveis locais pela segurança bem como representantes da população, de organizações sociais, de instituições privadas de solidariedade social e outras que possam agir sobre os problemas sociais geradores de insegurança e sobre a sua prevenção.

2.6 UMA NOVA CULTURA

O conjunto destes 50 compromissos são um guia para a construção dos programas locais e não um colete de forças sobre os programas locais. Mas, no seu conjunto, eles representam uma nova cultura e uma nova geração de políticas para as cidades. É com esta perspectiva que o Bloco de Esquerda avança para as autárquicas de 2001. Mais perto dos cidadãos e com estes, eis o nosso lema. Um desenvolvimento assente num grande contrato social e ecológico dirigido ao presente e ao futuro, é a nossa proposta. Porque viver melhor é aprender a viver diferente. Porque a política tem de reconquistar raízes na vida. E porque está na altura de cada vez mais homens e mulheres começarem a votar e a agir pela máxima exigência e se libertarem do voto útil, que a todos condena ao mal menor e à permanente desilusão e desconfiança face à coisa pública. Em Dezembro, os candidatos a autarcas pelo Bloco de Esquerda apresentar-se-ão com razões fortes. E os eleitores poderão votar por razões fortes que se projectarão para lá das autárquicas. É esta a cultura de cidadania da nova esquerda.



Bloco
de Esquerda

www.bloco.org